

LISBOA

REVISTA MUNICIPAL

REVISTA MUNICIPAL

LISBOA

N.º 11 - 1.º TRIMESTRE DE 1985





LISBOA

revista municipal

ANO XLVI — 2.ª SÉRIE — N.º 11 — 1.º TRIMESTRE DE 1985 — NÚMERO AVULSO: 500\$00

DIRECTOR: ORLANDO
MARTINS CAPITÃO
SUBDIRECTOR: FERNANDO
CASTELO BRANCO
ASSISTENTE TÉCNICO:
ALFREDO THEODORO

sumário

OLISIPO NA VOZ DOS AUTORES ANTIGOS
• SANTO ANTÓNIO E PORTUGAL • AZULEJOS
DE FACHADA EM LISBOA-VI • PEDRAS DE
ARMAS EM LISBOA • LISBOA - NOTICIÁRIO

EDIÇÃO DA C. M. L. — D. S. C. C. — REPARTIÇÃO DE ACÇÃO CULTURAL
PALÁCIO DOS CORUCHÉUS — RUA ALBERTO DE OLIVEIRA — LISBOA — TELEFONE 76 62 68

Execução gráfica Heska Portuguesa — Rua Elias Garcia, 27-A — Venda Nova — Amadora — 2000 ex.



NA CAPA:
Santo António pregando aos peixes
— Painel de azulejos. Séc.XVII

OLISIPO NA VOZ DOS AUTORES ANTIGOS

OLISIPO, esse topônimo misterioso que teima em ocultar a sua verdadeira origem, por mais esforços — e fantasias! — produzidos para sua explicação, além do sufixo *-ipo*, de natureza líbia ou fenícia, ou melhor, mediterrânica, que contém, comum a outros nomes de lugar ibéricos, foi mencionada e exaltada por autores da Antiguidade.

De como deste nome *Olisipo* derivou o de *Lisboa*, a nobre cidade que *facilmente* (= *seguramente*) de todas é princesa, há muito que não temos dúvidas de maior: mostra-no-lo, com suficiente clareza, Mestre Leite de Vasconcelos, contrariando a proposta de Adolfo Schulten:

Olisipona —/+ Lisbona/Lixbona/Lixbõa/Lisboa.

Não se estranhe esta forma *Olisipona*, que coincide com a do acusativo grego, por *Olisipo*, já que a substituição de um nome da 3.ª declinação latina por outro da 1.ª está suficientemente atestada, como, por ex., *Barcinona*, por *Barcino* (Barcelona); *Tarracona*, por *Tarraco* (Tarragona); *Narbona*, por *Narbo* (Narbona).

Deixemos de lado as hipotéticas referências de Artemidoro (séc. II a.C.), de Asclepiades de Mileia (séc. II-I a.C.) e de Posidônio de Apameia (séc. II-I a.C.) a *Olisipo*, sob a mais que hipotética forma *Odysséia*, autores em que Estrabão se terá baseado, como escreve, pois tudo se acha indocumentado em relação a esses mesmos autores: o mais que se pode afirmar é que, de todos, só a obra de Artemidoro sobre *Geografia Geral*, em 11 livros, que não chegou até nós, será conhecida apenas em alguns passos transcritos por Estrabão.

A primeira menção literária conhecida a *Olisipo* (afaste-se, para sempre, essa ligação de mito, já forjada na Antiguidade,

de, a Ulisses, herói homérico, que a lenda fez visitar tantos povos e terras — e que, por isso mesmo, aqui teria estado também —, em seus incontáveis erros) pertence a Marco Terêncio Varrão, um antiquário latino, natural de Reate (hoje *Rieti*), que viveu entre 116 e 27 antes de Cristo. Foi autor de muitos trabalhos sobre temas da Antiguidade, mas dessa obra pouco chegou até nós; um deles, *Sobre a Vida no Campo*, está completo, e nele se lê no cap. I do Livro II, em versão portuguesa:

«Acontece na Hispânia uma coisa incrível, mas autêntica, em matéria de fecundação: na Lusitânia, à beira do Oceano, na região onde se situa o ópido de *Olisipo*, no monte *Tagro*, algumas éguas, em certa época, concebem do vento...»

Esta primeira referência a *Olisipo* rodeia-se de particularidades que contribuíram para dar à cidade um cunho de fama: para já, a situação, com menção do Oceano e de um monte, como que a privilegiar a localização geográfica, bem servida naturalmente de porto e de local propício à criação de gado. Esta elevação, teríamos desejo de a transformar, por uma espécie de corruptela de códigos da obra varroniana, de *monte Tagro* em *monte Sacro*, por influência da forma de flexão *Tago* do vizinho *Tagus*, como fez o sábio Leite de Vasconcelos, para assim o identificarmos mais facilmente com *Monsanto*, de *Monte Santo*. É hipótese mais plausível do que a daqueles que pretendem ver no monte *Tagro*, de Varrão, a actual serra de Sintra ou o cabo da Roca, para não falar no antiquário eborense André de Resende que desejava identificá-lo com *Montejunto*, interpretação esta ainda mais inaceitável.



Estátua romana representando um sátiro.
Encontrava-se numa fonte do claustro do Convento de S. Domingos de Benfica.
Desenho publicado em 1898 no

Não podendo nós, nem devendo, proceder, sem mais nem menos, à alteração dos manuscritos que reproduzem a obra de Varrão, digamos que *mons Tager* seria uma primeira designação muito antiga que mais tarde, por influência de *sacer*, ou antes, do papel importante que esta palavra desempenhou na vida romana, teria passado a *mons Sacer*, origem da expressão sinónima *mons Sanctus*, étimo de Monsanto actual.

Mas, mais importante do que a referência ao monte Tagro, remotíssimo antepassado de Monsanto, é a menção às «éguas da beira-Tejo», que concebem do vento. Este *tópos* converteu-se em lugar-comum, e não mais deixou de ser versado, com maior ou menor extensão, por autores antigos e modernos. O nosso já referido André de Resende conta mesmo que lhe fora dado comprovar o facto pelo testemunho de um lavrador de Benavente, em casa de quem pernolara. Assim, o que Varrão refere, como característica da região ribeirinha de Olisipo, é tornado extensivo às ribas do Tejo, e passou a ser argumento de suporte da apregoada, e comprovada, celeridade dos cavalos do Ribatejo. Contudo, manda a verdade dizer que se trata apenas de um «tópico» literário, destinado a «dar fama» a um lugar ou a uma situação. Também no Canto XVI da *Ilíada*, versos 148-151, o poeta refere que «os velozes cavalos Xanto e Bálío, conduzidos por Automedonte (*cocheiro de Aquiles*), foram concebidos do vento Zétiro (*que sopra do Oeste*) pela harpia Podarge (*as Harpias eram seres mitológicos, como que «espíritos do vento», às quais se atribuía o rapto de pessoas que desapareciam sem deixar vestígios*), que os apascentava num prado junto do curso do Oceano.»

Eis aqui todos os ingredientes susceptíveis de condimentar ou dar origem à lenda das «decantadas éguas da beira-Tejo». Sendo assim, não estranhemos se também Lactância, poeta cristão do séc. IV, ao falar do «nascimento de Jesus», no Livro III de *A Verdadeira Sabedoria*, diz: «... Pois se todos sabem que não é raro alguns animais conceberem do vento ou das brisas, causará admiração se dissermos que a Virgem concebeu do espírito de Deus, a quem tudo é permitido?»

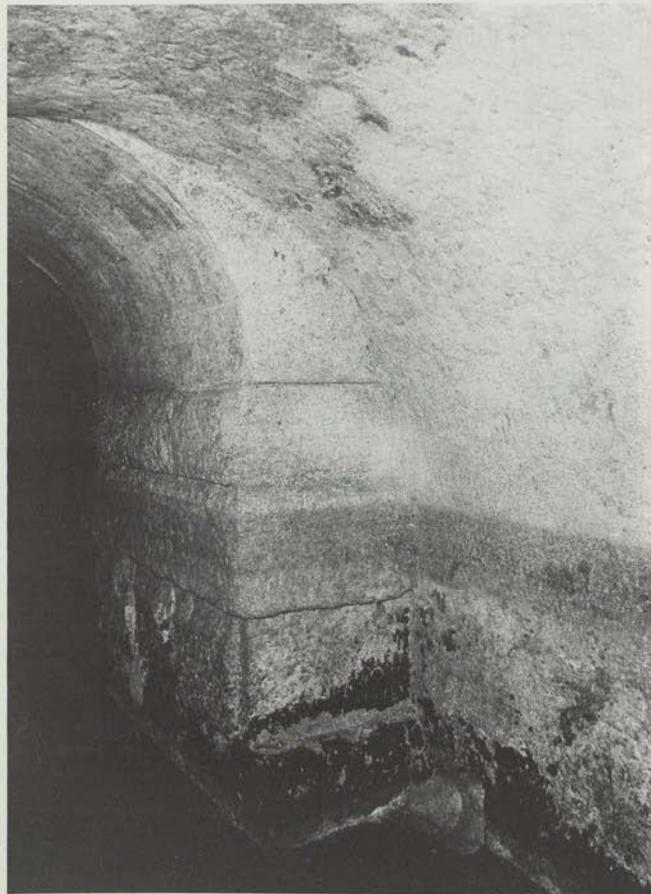
A segunda referência a Olisipo é de um geógrafo grego, natural de Amasia, cidade do Ponto Euxino, ou mar Negro, que viveu entre cerca de 63 antes de

Cristo e 21 depois da Era Cristã: Estrabão. A sua *Geografia*, que chegou até nós quase intacta, seria um produto de longas viagens; a obra consta de 17 livros, dos quais nos interessa o livro III, relativo à Ibéria. Assim se lê no Cap. III, § 1.º desse livro, em tradução nossa:

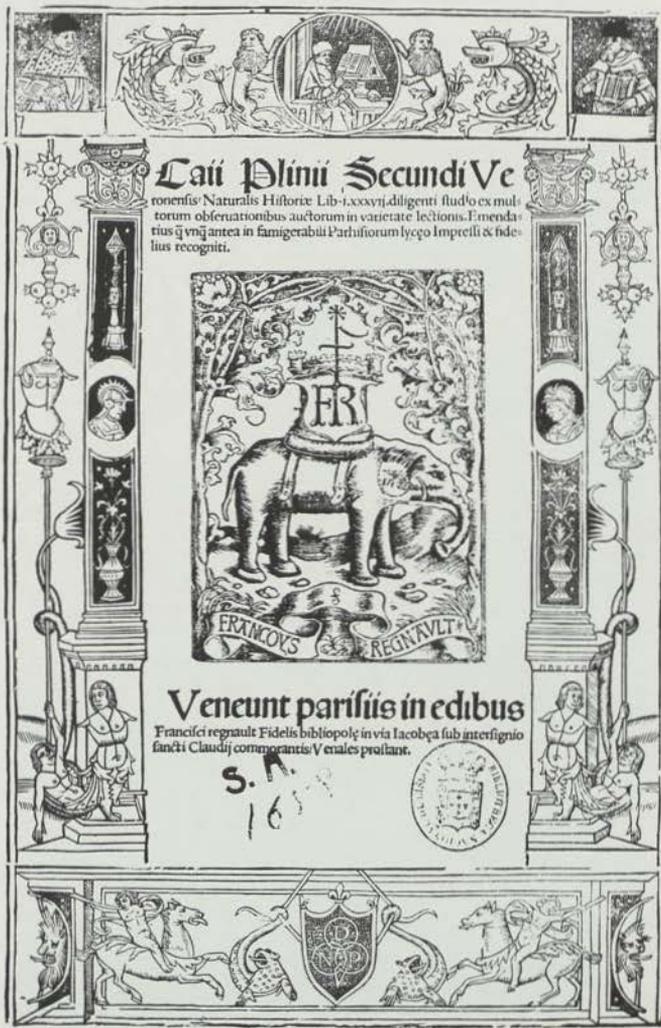
«... o curso da navegação vai ainda muito mais acima de Móron; tendo decidido servir-se desta cidade como base de operações, Bruto-o-Galaico (*Décimo Júnio Bruto, cognominado Galaico pela sua vitória sobre os Galaicos na Lusitânia, em 138 a.C.*) combateu os Lusitanos e derrotou-os. Nas margens do rio,

fortificou Olisipo, para ter mais livre o curso da navegação e o transporte dos viveres, de tal maneira que, das cidades da beira-Tejo, estas (*Móron e Olisipo*) são as mais fortes. O rio é muito rico em peixe, e abundante de ostras...»

Diga-se, antes de mais, que a forma grega correspondente a Olisipo se não lê nos códices que contêm o texto de Estrabão, que são um de Paris e outro de Veneza; é uma alteração introduzida na lição dos manuscritos pelo alemão Kramer, a quem se deve a primeira edição crítica da *Geografia*, alteração feita muito a propósito.



Aspecto da construção romana existente no subsolo das ruas da Prata e Retroseiros e de alguns prédios situados nessas ruas, conhecida por Termas dos Augustais, mas cuja finalidade é ainda hoje um problema em aberto. A este respeito, escreveu o Prof. D. Fernando de Almeida: «O edifício teria sido realmente de "termas"? E essas termas teriam sido uns simples banhos ou seriam umas termas medicinais (do tipo de São Paulo)? Ou não teria sido antes um grande mercado ou armazéns? Situado entre o contemporâneo esteiro do Tejo e a cidade, a sua planta não pode deixar de fazer pensar nesta hipótese.» (*Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*. Volume V, tomo primeiro, pág. 80)



O texto de Estrabão é rico de informações. Em primeiro lugar, a referência à cidade de Mórón, que alguns, como García y Bellido, já pretenderam relacionar com Almourol, hipótese não comprovada até hoje pelos dados da arqueologia, e que tem contra si dificuldades fonéticas de respeito; ali deveriam existir vestígios dessa base de operações de Décimo Júnio Bruto, o cônsul romano que deixou pela Lusitânia tantos rasgos da sua passagem, como são os acampamentos que dia a dia se vão reconhecendo melhor, ainda que permaneça uma ou outra designação errada (*Cava de Viriato*, até aos finais do séc. XV designada, e bem, apenas por *Cava*, nada tem a ver com Viriato, pois é um acampamento de Décimo Júnio Bruto).

Importante é a menção à «fortificação» da cidade de Olisipo; não fundação, uma vez que já existia como cidade ibérica por indígenas povoada, parece que já desde o tempo de redacção do *Périplo* massaliota, do séc. VI antes de Cristo, que serviu de base ao poema de Avieno, *Orias Marítimas*, no qual se descreve o estuário de *Olisipo*, como observou Adolfo Schulten.

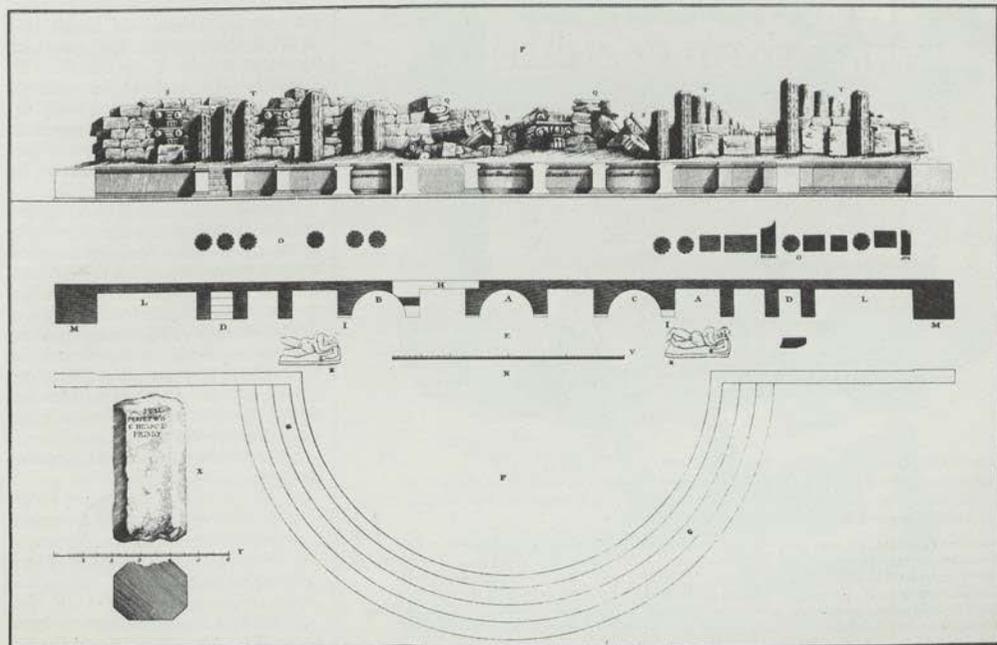
Também no texto de Estrabão a cidade de Olisipo é exaltada como uma das cidades mais fortes da beira-Tejo, e o seu rio assinalado pela riqueza de fauna marítima. Mais adiante, no § 4.º, o autor referir-se-ia a um outro «tópico», que é também um lugar-comum nos autores clássicos: «o Tejo das areias de ouro.»

Registemos agora as referências a Olisipo em Plínio-o-Velho, o famoso naturalista, nascido em Como, que viveu entre 23/24 – 79 d.C. Plínio ficou célebre não só por ser autor da *História Natural* em 37 livros, e o homem mais erudito do seu tempo, mas também por ser considerado uma das primeiras «vítimas da ciência»: tanto se aproximou para conhecer as causas da erupção do Vesúvio, no ano de 79 d.C., que morreu sufocado.

Plínio exerceu, entre cerca de 68 e 72, funções de procurador na Hispânia. São dois os passos da sua obra que mencionam Olisipo: IV, 22, 116, e VIII, 67, 166, que traduzimos:

«... Os ópidos dignos de menção no litoral do Tejo são Olisipo, co-

Planta e alçado das ruínas do teatro romano dedicado a Nero. Reprodução da estampa publicada por António Luis de Azevedo na sua *Dissertação Crítico-Filológica-Histórica, sobre o Verdadeiro Anno, Manifestas Causas e Attendíveis Circunstâncias da Ereecção do Tablado e Orquestra do Antigo Teatro Romano, Descoberto na Escavação da Rua de S. Mamede de perto do Castello desta Cidade Lisboa, 1815*



Salácia, *urbs imperatoria*, é a menção do *tópos* do «Tejo das areias de ouro», reforçado pela alusão, menos corrente, às pedras preciosas.

Vem depois Cláudio Ptolemeu, astrónomo e geógrafo grego do séc. II d.C. Dele chegaram até nós apenas duas obras: a *Sintaxe* (correntemente chamada *Almagesto*) e a *Geografia*. Esta é o mais importante trabalho que a Antiguidade nos legou sobre geografia matemática. No Livro II, ao falar dos Lusitanos, menciona *Olisipo*, ou antes, *Oliosippo* (que é a grafia abonada pelos códices ptolemaicos), depois do *Promontório Barbário* e antes da foz do Tejo.

O autor, a que a seguir nos referimos, Gaio Júlio Solino, do séc. III d.C., foi um compilador romano, que redigiu um trabalho geográfico intitulado *Collectanea rerum memorabilium* (*Colectânea de Coisas Memoráveis*), comumente citado pelo título segundo de *Polyhistor* (*Poliistor*). Solino bebeu tanto na *História Natural* de Plínio-o-Velho, que já mencionámos, como ele mesmo reconhece e agradece, que ficou conhecido por «Abelha de Plínio».

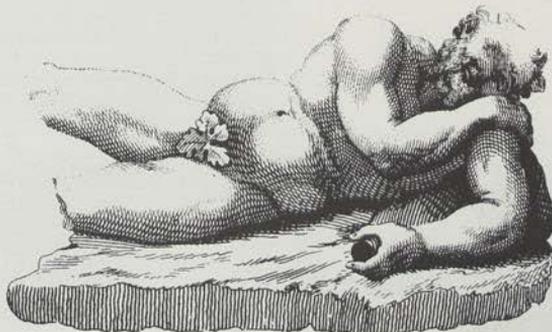
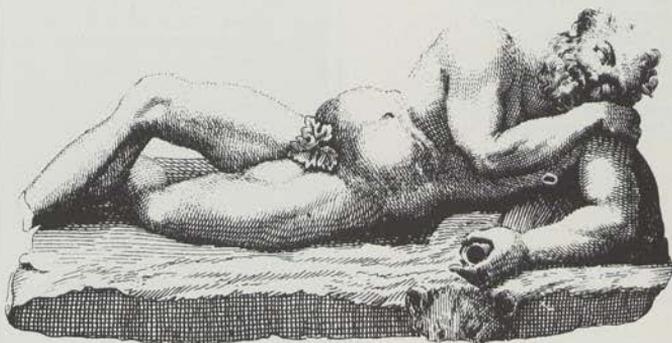
Diz Solino (*Poliistor*, cap. XXIV):

«... ópido de Olisipo, fundado por Ulisses...»

Como se vê, uma diferença em relação aos predecessores: pela primeira vez, uma ligação do topónimo (*Olisipo*) ao mitónimo (*Vlixes*).

Segue-se não um autor, mas um texto: *Itinerário das Províncias*, chamado de *Antonino Augusto*, roteiro universal do Império Romano e o mais importante que nos resta. A redacção original situa-se na época de Marco Aurélio Antonino, cognominado *Caracala* (196-217); até nós chegou uma versão redigida nos começos do principado de Diocleciano (280-290), e o manuscrito mais antigo (séc. VIII) conserva-se na Biblioteca do Escorial. Não há nada que nos autorize a considerar o *Itinerário* como sendo da autoria do imperador Antonino. Tanto quanto podemos inferir da tradição manuscrita, a obra teria sido redigida «por mandado» de Antonino, ou melhor, «sendo imperador Antonino». A tradição oral, que faz de Antonino autor do *Itinerário*, outra coisa não representa senão aquela tendência para a simplificação que faz abreviar os títulos das obras. As-

Silenos encontrados no teatro romano dedicado a Nero, segundo as gravuras publicadas por Luís António de Azevedo



Frente ao proscênio do teatro romano dedicado a Nero, segundo uma gravura publicada por Luís António de Azevedo, vendo-se parte da inscrição.

Augusto Vieira da Silva publicou na *Epigrafia de Olisipo* a sua reconstrução e leitura conjecturais e a seguinte tradução:

«A Nero Cláudio, filho do Divino Cláudio, neto de César Germânico, bisneto de Tibério César, trineto do Divino Augusto — a César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, investido no poder tribunicio pela 3.ª vez, Imperador pela 3.ª vez, Cônsul pela 2.ª vez, e indigitado para esse cargo pela 3.ª vez. O Augustal Perpétuo Gaio Heio Primo [liberto (?) de Gaio(?) doou e dedicou(?) este proscênio e orquestra, com a sua ornamentação.»

sim, de *Itinerarium prouinciarum iussu Antonini Augusti confectum* (*Itinerário das Províncias Feito por Mandado de Antonino Augusto*), facilmente se passou a *Itinerarium Antonini Augusti* (*Itinerário de Antonino Augusto*), e, daqui, à ideia da autoria antoniniana, que não é exacta.

No *Itinerário* se lêem quatro referências a *Olisipo*: no traçado da estrada de Olisipo a Emérita, em duas variantes do mesmo caminho e na via de Olisipo a Brácara Augusta. Neste texto, o que impressiona é a incerteza que os códices testemunham acerca da grafia da palavra: *olisippone*, *olishippone*, *hilisippone*, *olisipone*, *allipone*, *olishoppone*, *olisippone*, *ilisipone*, *olisinipone*, *holishippone*, como a documentar o desconhecimento da sua origem e, portanto, da sua grafia exacta.

Por último, dois autores tardios que terão sido os principais «responsáveis» pela divulgação posterior do mito: Marciano Capela, escritor africano e erudito gramático, natural de Madauros (cidade entre a Númia e a Getúlia), da primeira metade do séc. V; do Livro VI das *Núpcias de Mercúrio e da Filologia*, espécie de enciclopédia das *Sete Artes Liberais*, na forma fantástica de uma alegoria representativa do casamento de Mercúrio com a Filologia, em que a prosa alterna com o verso, e que foi um dos manuais preferidos na Idade Média, traduzimos:

«... ali (*fica*) Olisipo, ópido fundado, dizem, por Ulisses...»

O segundo autor é Santo Isidoro, bispo de Sevilha, dos sécs. VI e VII d.C. No cap. I do Livro XV das *Etimologias* lemos, em tradução:

«... Olisipo deve a Ulisses fundação e nome...»

São importantes os comentários a estes trechos. Enquanto Marciano Capela reproduz Gaio Júlio Solino, servindo-se da forma *Ollissipone* para o nome da cidade, ou antes, do ópido, Santo Isidoro

refere a fundação de Olisipo por Ulisses, que também lhe deu nome. No texto latino do bispo de Sevilha há dois aspectos que não devem passar despercebidos: primeiro, este passo é uma imitação de outro de Tácito na sua monografia sobre *A Germânia*, no qual se refere a Ascibúrgio, cidade que devera a Ulisses fundação e nome (Ulisses que por lá passara nos seus longos erros...); note-se ainda que no texto de Santo Isidoro se usa — penso que pela primeira vez — a forma latina *Olisipona*, que está na origem da palavra *Lisboa*, como já dissemos.

Terminaria aqui a nossa indagação, se nos limitássemos aos testemunhos literários, de acordo com o título que demos a este artigo. Parece-nos, contudo, oportuno fazer também uma referência aos textos epigráficos, se bem que os melhores de entre eles — designo os que mencionariam a fórmula FELICITAS · IVLIA · OLISIPO — se tenham perdido. E os que registam o etnónimo *Olisiponense* não são em número elevado.

Deve-se ao eng. Augusto Vieira da Silva a primeira tentativa de organização do *corpus* das *Inscriptiones Olisiponenses*, entendendo-se por tal a epigrafia de Olisipo e seu aro. Não são, no entanto, de esquecer as contribuições anteriores, também importantes, de entre as quais é de salientar a de Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa sobre as *Inscrições Romanas do Museu do Carmo* (Lisboa, 1928), bem como os trabalhos de Leite de Vasconcelos e de Félix Alves Pereira. Posteriormente outras contribuições têm sido dadas para aquele *corpus*, sendo de referir, em especial, a de Irlsalva Moita, ao estudar na *Revista Municipal* (ano XXIX, n.º 116/117, 1968, pp. 33-71) três inscrições e um fragmento, provenientes da «necrópole luso-romana da Praça da Figueira», estudada entre Janeiro de 1961 e Fevereiro de 1962; e uma ou outra inscrição, resultante de achados individuais, tem sido noticiada, em particular nos órgãos de comunicação social ou através de trabalhos apresentados em



Cipo romano que estava no adro da Igreja de Santa Maria da Alcaçova de Santarém, e actualmente guardado no Museu dessa cidade. É consagrado aos Deuses Manes por M[arco] Antóni[o], da tribo Galéria, e que era natural de Olisipo, pois é chamado *Olisipone[nsis]*.



sociedades científicas, como a Sociedade de Geografia de Lisboa e a Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Serão, assim, cerca de centena e meia, incluindo aquelas hoje desaparecidas e de que há simples notícia, as lápides de Olisipo e seu aro. Note-se, contudo, que, no conjunto destas lápides, hoje reunidas no Museu da Cidade, não

há nenhuma que mencione um ou uma *Olisiponense*, já que as cinco conhecidas existentes são todas de achados fora de Lisboa: Santarém (Marco António Lupo e Quinto António Célere); Fermo, Arouca (Quinto Labério Exorato); Conimbriga (Silvano); e Cória, Cáceres (Júlia Avita). Há uma sexta inscrição que apenas se pode aproximar destas, pois



Outro cipo romano, com idêntica origem, e actualmente conservado no mesmo Museu. É consagrado aos Deuses Manes de Q[uinto] Antôn[io], o qual também era natural de Olisipo, pois é chamado *Olisipone[n]s[is]*.

só refere FELICITAS IVLIA (descoberta em Santa Marinha, Gaia, hoje na Casa-Museu de Teixeira Lopes: Lúcio Lávio Tusco, natural de *Felicitas Iulia*, e, portanto, *Olisiponense*, morto longe da terra natal, ao serviço da 10.ª Legião, Gêmina, Victrice, certamente nas chamadas «guerras cántabras»).

Trata-se, portanto, de inscrições referentes a indivíduos *Olisiponenses*, mas que viviam fora de *Olisipo*. Isto é óbvio relativamente a Marco António Lupo, Quinto António Célere, Silvano e Júlia Avita, e pode inferir-se no que respeita a Quinto Labério Exorato. Não resta dúvida de que no texto deste último (que não

transcrevemos para não sobrecarregar este artigo de divulgação) também Leto Aviobrigense, aí mencionado, está nesta condição, já que o local de achado da lápide se situa fora do *conventus Bracaraugustanus*, a que pertencia a cidade de *Auobriga* (forma primitiva, com as variantes *Abobrica*, *Aobriga* e *Auibriga* — ou *Auibrica*).

Não se estranhe se o etnónimo *Olisiponensis* não figura no onomástico da epigrafia proveniente de Olisipo e seu aro; não se trata de um designativo corrente usado pela personagem a quem aparece aplicado: é, sim, registado como atributo do «nome» de pessoa com quem se verificou qualquer circunstância particular, como «morte», «honra» ou «homenagem», mas fora da sua terra de origem.

Já agora vem a propósito referir que nenhum dos tratadistas da epigrafia latina, como Cagnat, Battle Huguet, John Edwin Sandys, W. M. Lindsay, Raymond Bloch e, os mais recentes, Ernst Meyer e Ida Calabi Limentani, se refere às condições especiais em que estes nomes étnicos, como elementos acessórios, se acrescentam ao nome romano, já que o seu uso não é arbitrário. Surge, sim, aditado ao nome romano, ou romanizado, de alguém que morreu, ou foi honrado ou homenageado, longe da terra que o viu nascer. Parece ser este o único caso do seu uso.

Depois desta breve digressão pela epigrafia olisiponense, terminamos as referências de todos os autores gregos e latinos, e um hispânico (Santo Isidoro) dignos de menção, a *Olisipo*, ópido que antecedeu a cidade de *Lisboa*, e era, na verdade, muito importante na Lusitânia. Agora seria interessante investigar, apurar de vez e apresentar o tratamento que a palavra sofreu no período visigótico e na época árabe. Por outros termos: quando é que a palavra *Olisipo* deu lugar ao vocábulo *Lisboa*, através das suas formas mais antigas? Há um princípio deste estudo no vol. III dos *Dispersos* do eng. Augusto Vieira da Silva (*Lisboa*, 1960, pp. 321-331). É assunto para outro ou outros artigos.

Entretanto, evitem-se expressões como «Fundação de Lisboa por Ulisses», que só servem para confundir: não que se acredite mais nessa errada afirmação, mas, a procurar-se alguma aproximação entre o herói homérico e o nome da cidade, fale-se de *Olisipo*, e não de *Lisboa*.

SANTO ANTÓNIO E PORTUGAL

Já passaram 754 anos depois que Frei António de Lisboa faleceu em Arcela, perto de Pádua, na Itália. Em 30 de Maio de 1232, menos de um ano depois desse falecimento, o Papa Gregório IX, em Espoleto, canonizou, isto é, proclamou solenemente Santo esse Franciscano português, prova de que a fama da sua santidade se tinha propagado rapidamente, pelo menos na Itália. Escreveu-se então a vida do novo Santo e o seu autor, para se informar sobre o que Frei António fizera em Portugal, falou com o Bispo de Lisboa, Dom Sueiro Viegas, que então se encontrava na Itália, e com outras pessoas, que decerto tinham estado no nosso País. Receberam-se assim as informações desejadas, que chegaram até nós por meio dessa vida, a primeira que se escreveu de Santo António. Por elas sabemos que o Santo nasceu em Lisboa, recebeu no baptismo o nome de Fernando e até aos 15 anos viveu com simplicidade de costumes, isto é, com inocência e piedade, na casa paterna, situada diante da porta da Sé de Lisboa, onde aprendeu as primeiras letras, os rudimentos da doutrina cristã e outras disciplinas. Passou depois uns tempos da idade núbil a sentir os estímulos da carne, até que agoniado com as contínuas importunações do mundo, decidiu tomar o hábito de Cónego Regrante de Santo Agostinho no Mosteiro de São Vicente de Fora. Aí ficou quase dois anos, dedicado ao estudo e à oração, e como o trato frequente dos amigos o distraía dos exercícios de piedade, pediu e obteve do Superior licença de ir para o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, dos mesmos Cónegos Regrantes. Continuando a dedicar-se ao estudo e à prática da vida religiosa, aí conheceu os Fran-

ciscanos, que iam para Marrocos evangelizar os Mouros, e no ano seguinte, tendo sido esses frades martirizados, assistiu à chegada triunfante dos seus corpos, que ficaram sepultados no Mosteiro de Santa Cruz. O exemplo desses mártires animou-o a imitá-los; para isso pediu e obteve a licença de deixar os Cónegos Regrantes e ingressar nos Franciscanos, que viviam junto de Coimbra no eremitério de Santo Antão dos Olivais. Pouco depois, como desejava, partiu para Marrocos, onde se demorou apenas alguns meses, pois tinha adoecido. Ao voltar para Portugal, os ventos levaram para a Sicília o barco em que viajava e o frade português ficou na Itália. Assistiu em Assis ao famoso Capitulo das Esteiras, em que se reuniram uns 3000 Franciscanos, à frente dos quais estava o próprio São Francisco de Assis. Frei António de Lisboa continuou na Itália, passou depois para a França, voltou em seguida para a Itália e nessas duas nações, durante dez anos, exerceu intenso e frutuoso apostolado.

Nunca mais voltou a Portugal, mas apesar de a transmissão das notícias ser então muito demorada, aqui chegou decerto a fama do intenso apostolado e da grande santidade de Frei António, como se deduz do facto de o Bispo de Lisboa ter contribuído para se redigir a primeira vida do Santo, logo depois da sua morte. Essa vida, que é a mais verídica de todas as que se escreveram e serviu de base para as que seguiram, foi publicada por vez primeira em 1830, em Coimbra, por Frei Fortunato de São Boaventura, que para isso se serviu de um manuscrito da rica Biblioteca do seu Mosteiro de Alcobça. Alexandre Herculano em 1856, nos *Portugaliae Monumenta Historica*,

«Verdadeira efigie
do glorioso Santo António
que se venera na Igreja
do seu Convento do Rio de Janeiro».
Um exemplo, entre tantos,
do culto de Santo António
no além-mar



reeditou essa vida, que só muito depois se publicou no estrangeiro, na França e na Itália (1). É este um dos primados de Portugal, relativamente a Santo António.

Dessa vida se deduz que Santo António nasceu à volta de 1190 em Lisboa, quando tinha uns 20 anos, aproximadamente em 1210, fez-se Cônego Regrante de Santo Agostinho, em São Vicente de Fora, em 1212 transferiu-se para Santa Cruz de Coimbra, em 1220 tomou o hábito de Franciscano e foi para o eremitério de Santo Antão dos Olivais, nesse mesmo ano embarcou para Marrocos e em fins de Maio de 1221 assistiu em Assis ao Capitulo das Esteiras. Dessa primeira vida do Santo deduz-se também, embora isso não se diga ai expressamente, que adquiriu principalmente nos frades cruzados de Portugal a ciência teológica, mística e escriturística, em que tanto se notabilizou, e em Coimbra, na Sé, hoje a Sé Velha, ou na primitiva Igreja de Santa Cruz, que já não existe, foi ordenado sacerdote. Santo António é o primeiro português, cuja fama cultural alcançou na Europa larga difusão, o que levou o Papa Gregório IX, ao ouvi-lo pregar em Roma, na Igreja de São João de Latrão, em 1228, a chamar-lhe Arca do Testamento, isto é, da Sagrada Escritura. O nosso Santo tem também outro primado, pois é o primeiro português de quem se sabe ter partido como missionário para África.

Na segunda metade do século XIV um Franciscano, provavelmente francês, teria sido Frei Arnaldo de Sérent, que tinha estado na Espanha como visitador e reformador de alguns Conventos, recopilou a assim chamada Crónica dos 24 Gerais, que é outra base para as muitas vidas, que se escreveram de Santo António. Nessa Crónica narram-se milagres atribuídos ao Santo e sucedidos em Portugal, a saber, em Beja, Torres Novas, Serpá, Santarém, Linhares e Lisboa. De certo esses milagres foram descritos por portugueses, de quem se não sabem os nomes e que assim contribuíram para se redigir essa vida de Santo António. Grande parte dessa extensa Crónica, incluindo o que se refere ao nosso Santo, foi traduzida ao português e copiada em 1470 para um manuscrito, que ainda se conserva e foi publicado em 1918 por José Joaquim Nunes em dois volumes, como texto importante para o conhecimento dos primórdios da língua portuguesa. (2).

Em meados do século XVI Frei Marcos de Lisboa recebeu dos Superiores o

encargo de escrever as Crónicas dos Franciscanos e em 1557 delas publicou a primeira parte, em que se inclui uma extensa vida de Santo António, dividida em 36 capítulos. Essa primeira parte reeditou-se em 1565, 1587 e 1615 e, traduzida em várias línguas, teve muitíssimas edições, isto é e pelo menos, 8 em espanhol, 23 em italiano, 4 em francês, 3 em alemão, duas em polaco e uma em inglês, o que perfaz o número extraordinário de 45 edições (3).

Provavelmente houve outras que não vi. A última é a de Valença, na Espanha, em 1788. Certamente não há outra vida de Santo António, que tenha sido tantas vezes editada e essa vida foi escrita por um português.

Houve depois outras vidas de Santo António, escritas por portugueses, como a do Tomarista Frei Miguel Pacheco, Administrador do Hospital de Santo António dos Portugueses em Madrid, publicada originalmente em espanhol e depois em italiano, alemão, latim e português, com o total de sete edições, a de Brás Luis de Abreu com quatro edições, a do Padre Manuel de Azevedo, publicada em italiano em Veneza, 1788 e muitas vezes reeditada em várias línguas, a do vimara-

Prato existente
no Museu Antoniano
da Câmara Municipal de Lisboa



Santo António.
Escultura de madeira pintada
do século XV.
Pertence ao Museu Nacional
de Arte Antiga, de Lisboa,
tendo anteriormente pertencido
à colecção de Ernesto Vilhena



nense Dom Frei João da Madre de Deus Araújo com duas edições, a do Padre F. A. Carlos das Neves, em dois volumes, a de Mário Gonçalves Viana, a do matemático Francisco Gomes Teixeira, a do Padre Aloísio Tomás Gonçalves, a do Sr. Padre Fernando Félix Lopes, etc. etc. (1).

Evidentemente que em outras línguas também se publicaram muitas vidas de Santo António. No frontispício da que o Padre Manuel de Azevedo publicou em 1788, há uns duzentos anos, diz-se que a extraiu de mais de cem vidas do nosso Santo. Hoje essas vidas, publicadas em quase todas as línguas, são certamente muitas mais, mas de todas elas as que tiveram maior número de edições foram duas escritas por portugueses, a saber, a de Frei Marcos de Lisboa, atrás citada, com 45 ou mais edições, e a do Padre Manuel de Azevedo, Jesuíta natural de Coimbra, a qual teve pelo menos 19 edições completas, nas quais se incluem três em espanhol e uma em português, e 16 abreviadas, em que se contam uma em polaco e uma em inglês (2).

Em Portugal também se publicaram estudos sobre particularidades da vida e sobre a cultura e doutrina de Santo António, estudos que sobressaem entre os muitos editados no estrangeiro. Assim o Padre Manuel de Azevedo em 1788 e Frei Fortunato de São Boaventura em 1830 foram os pioneiros do estudo sobre as fontes da vida de Santo António, estudo que no estrangeiro só nos fins do século passado e nos princípios deste se continuou com as publicações dos Padres António At, António Maria Iosa, Fernando Maria Delorme e Hilário de Paris, de Leão de Kerval e dos Padres Leopoldo de Chérancé, Nicolau Dal-Gal, Domingos Maria Sparacio, Filipe Concóini, André Callebaut, Hilarino Felder, etc. (3). Sobre particularidades da vida de Santo António publicaram-se em Portugal os artigos do Sr. Padre Fernando Félix Lopes, e os estudos de José de Sousa Monteiro, estudo que também se publicou traduzido ao italiano, e do ilustríssimo Professor da Universidade de Coimbra, Cônego António Garcia Ribeiro de Vasconcelos. Sobre a cultura e a doutrina do nosso Santo, é de salientar o estudo do ilustre membro da Academia Portuguesa da História, o sr. Prof. Francisco da Gama Caetano, estudo que consta já de dois tomos e se pode considerar do melhor que se publicou em qualquer nação sobre a personalidade e a cultura de Santo António (4). Portugal, portanto, tem-se notabilizado em estudos sobre

esse seu ilustre filho e quem quiser dedicar-se com seriedade e profundidade a assuntos antonianos, deverá consultar atentamente obras escritas por portugueses.

Logo depois da sua canonização, Santo António começou a ser venerado em Portugal, veneração que ainda perdura e se tem manifestado em sermões proferidos em Sua honra, em altares em que se presta culto à Sua imagem e em igrejas que Lhe foram dedicadas.

Os sermões mais antigos, que se conhecem, pregados em Portugal sobre Santo António são os quatro proferidos pelo seu contemporâneo Frei Paio de Coimbra, conservados em um manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa e dados a conhecer pelo Sr. Padre Mário Martins (*). Depois desses têm sido inumeráveis os que se pregaram em Portugal sobre Santo António. Quase todos não se imprimiram. Alguns foram impressos juntamente com outros do mes-

VITA ET MIRACULA
S. ANTONII
OLISIPONENSIS,
AB ANONYMO,
SED
ORDINIS MINORUM,
CONSCRIPTA,

*Quae ex Alcobaciensi Codice MS. 286 nunc
primum edita, Lusitane reddebat, criticis
et historicis adnotationibus locupletabat*

Fr. FORTUNATUS & D. BONAVENTURA,

Monachus Alcob.



CONIMBRICAE,
EX TYPOGRAPHIA ACADEMICO-REGIA.

A. D. MDCCCXXX.

Cum Facultate R. Commissionis pro Censura Librorum.

VIDA E MILAGRES
DE
SANTO ANTONIO

DE LISBOA,

OBRA DE UM A. ANONYMO,

PORÉM

D'A ORDEM DOS FRADES MENORES,

A qual he publicada agora pela primeira vez,
como se lê no Codice 236 da Livraria Man-
nuscrita do Real Mosteiro de Alcobaça,
posta em linguagem e enriquecida de no-
tas críticas e historicas

POR

Fr. FORTUNATO DE S. BOAVENTURA,
Monge de Alcobaça.



COIMBRA,
NA REAL IMPRENSA DA UNIVERSIDADE,

1630.

Com Licença da Real Commissão de Censura.

mo pregador sobre diversos temas, como os de Diogo de Paiva de Andrade, Francisco Fernandes Galvão, Frei João de Ceita, Francisco de Mendonça, Frei Cristóvão de Almeida e outros (2). Estes cinco nomes são de notáveis escritores dos séculos XVI e XVII e os seus sermões, traduzidos ao castelhano, publicaram-se também na Espanha. Outros imprimiram-se separadamente em opúsculos, como o de Frei António de Tomar, o mais antigo sermão avulso impresso em Portugal sobre Santo António «em memória do milagre do raio que cahiu na rua dos Conegos desta cidade no anno de 1624», donde proveio a designação da Rua do Milagre de Santo António, em Al-

fama. São também dignos de memória o sermão, que teve duas edições e foi preferido pelo Padre Manuel Godinho, conhecido autor da *Relação do novo caminho, que fez por Terra e mar vindo da India para Portugal no anno de 1663*, os treze sermões do famoso Dominicano Frei Lucas de Santa Catarina, nome conhecido na História da Literatura Portuguesa e um dos sócios fundadores da Academia Real da História Portuguesa, o do também famoso cronista brasileiro Frei António de Santa Maria Jaboatão, os muitos sermões do Padre Jerónimo Coelho, natural de Barcelos e prior de São Torcato em Guimarães, publicados em dois volumes, o discurso magistral pro-

nunciado em 1895, na Real Casa de Santo António em Lisboa, isto é, na Igreja de Santo António à Sé, pelo Cônego Alves Mendes, notabilissimo orador sagrado, e finalmente, para não alargar exageradamente esta enumeração, o sermão que o Padre António Vieira pregou em Lisboa na Igreja das Chagas, em 1642, e de que houve sete edições avulsas, além das várias que tiveram em conjunto os sermões desse inclito Jesuita, glória da Cultura e das Letras Portuguesas. Os sermões do Padre António Vieira foram traduzidos e publicados em espanhol, italiano, latim, francês, alemão, croato e polaco. Assim o famoso sermão, que pregou sobre Santo António em 1642, foi decerto impresso também em várias dessas linguas.

Evidentemente, em muitas nações se publicaram sermões sobre Santo António, mas julgo não enganar-me, dizendo que em nenhuma se imprimiu sobre o nosso Santo um sermão, que tenha tido tantas edições e traduções. Este é outro primado de Portugal relativamente a Santo António (3).

O mais antigo altar dedicado ao nosso Santo, ao menos o mais antigo de que se conserva memória, parece ter sido o mandado erigir na Igreja do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra por Dona Constança Sanches, filha natural de Dom Sancho I o Povoador e de Maria Pais a Ribeirinha. Viveu essa Senhora em Coimbra no Mosteiro das Donas, de Cônegas Regrantes de Santo Agostinho, não longe do Mosteiro de Santa Cruz, e possivelmente viu ou até falou com o Cônego Regrante Dom Fernando Martins, o futuro Frei António de Lisboa; ao menos chegou-lhe decerto aos ouvidos a fama do extraordinário apostolado desse Franciscano português na França e na Itália. No testamento, que essa Senhora fez em 1269, determinou que se celebrasse cada ano uma Missa em sufrágio da sua alma no altar, que mandara construir ao bem-aventurado António na Igreja de Santa Cruz (4). Em Lisboa, os Paços do Concelho ou o Senado da Câmara, isto é, a Câmara Municipal desta cidade, desde tempos muito antigos até 1753 esteve instalada na casa onde nasceu Santo António; já aí estava em 1326, foi aí que Dom João I recebeu a bandeira, que devia ser arvorada nas muralhas de Ceuta e daí, empunhando essa bandeira, saiu na manhã do 1.º de Dezembro de 1640 o conde de Cantanhede, Presidente do Senado, para se reunir aos gloriosos Restauradores da nossa independen-

dência. Nessa assim chamada *Real Casa de Santo António*, que no principio ainda não tinha uma igreja, havia certamente um altar, ou uma pequena capela com um só altar, dedicado ao mais illustre e mais venerado Santo, nascido em Lisboa. Depois desse altar, são inumeráveis os que em Portugal se têm erigido em honra de Santo António. Bem se pode dizer que antes da reforma litúrgica de 1960, pela qual o culto nas Igrejas se limitou praticamente ao altar-mor, ficando abandonados, ou sendo até suprimidos os outros, havia em todas as Igrejas portuguesas, devotamente adornado, o altar de Santo António.

Com o andar dos tempos começaram a construir-se em Portugal Igrejas dedicadas a esse nosso Santo. Não se sabe qual foi a primeira. Uma das mais antigas, que ainda se conserva, é a do Convento de Santo António do Varatojo, em Torres Vedras, mandada construir por Dom Alfonso V em meados do século XV. Outra foi certamente a que Dom João II determinou no seu testamento em 1495 que se erigisse no local da casa dos pais do Santo, pequena Igreja que o seu successor Dom Manuel I mandou construir. Artisticamente melhorada no tempo de Dom João V, de modo que era, segundo o dizer de contemporâneos, um dos

SOL
NASCIDO NO OCCIDENTE,
POSTO AO NASCER DO SOL.
S. ANTONIO
PORTUGUES

LUMINAR MAYOR NO CEO DA IGREJA
 ENTRE OS ASTROS MENORES NA ESHERA DE FRANCISCO.

EPITOME HISTORICO, E PANEGYRICO

De sua admiravel Vida, & prodigiosas accoens.

QUE ESCRIVE, E OFFERECE

SERENISSIMA, AUGUSTA, EXCELSA, SOBERANA FAMILIA
 D A

CAZA REAL

DE
PORTUGAL,

cujos INCLYTOS NOMES, E COGNOMES SE FELICITAÕ,
& afinalã com as Sagradas Denominaçoens de
Franciscos, & Antonicos.

POR MAÕ DO REVERENDISSIMO
ANTONIO TEIXEYRA ALVERES

Do Conselho de Sua Magestade, que Deos guarde, seu Desembargador do Paço,
do Conselho Geral do S. Officio, Conego Doutorãl na Sã de Coimbra, & Len-
ta de Prima Jubilado nas duas Faculdades de Canonos, & Leys, &c.

BRAS LUIS DE ABREU.

VIZTAGANO, FAMILIAR DO S. OFFICIO.



EM COIMBRA:

Na Officina de JOSEPH ANTUNES DA SYLVA Impressor da Universidade;
 & Familiar do Sancto Officio.

ANNO DE M. DCCXXV.

Com todas as Licenças necessarias, & Privilegio Real

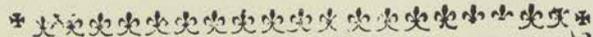


1743

mais sumptuosos templos da Europa, ficou reduzida a escombros no fatídico terramoto de 1755 e no seu lugar construiu-se a actual, que não é certamente tão artística e sumptuosa, mas essa Igreja de Santo António à Sé, pertença da Câmara Municipal de Lisboa, é merecedora da nossa admiração e estima (12).

Além dessas duas Igrejas, muitas são as que se construíram em quase todas as províncias de Portugal com a invocação de Santo António, principalmente ao lado de Conventos Franciscanos. Assim, no Minho, houve as Igrejas dos Conventos de Santo António de Caminha, de

Viana do Castelo, de Ponte de Lima e de Guimarães, e a de Barcelos, que era dos Terceiros Franciscanos, estava edificada junto à do Convento de São Francisco, no actual Campo da Feira. No Douro houve a do Convento de Santo António do Porto, no actual Jardim de São Lázaro, onde está a Biblioteca Pública Municipal, e as dos Conventos de Santo António do Vale da Piedade, em Gaia, e de Penafiel, ou Arrifana de Sousa, como antigamente se chamava. Nas Beiras houve as Igrejas dos Conventos de Santo António de Aveiro, de Serém, de Viseu, de Ferreirim, de Penela, de Pinhel, de



SERMAM PREGADO

NA SANCTA SEE DE LISBOA

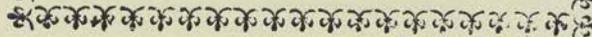
EM 18. DE SETEMBRO DE 1628. EM PRESENÇA DO ILLUSTRÍSSIMO SENHOR D. AFFONSO FURTADO DE MENDOÇA ARCEBISPO DE LISBOA GOVERNADOR DOS REYNOS DE PORTUGAL EM A FEITA PRIMEIRA QUE O REUERENDO CABEJO FEZ NA DITA SEE A S. ANTONIO EM MEMORIA DO MILAGRE DO RAYO QUE CAHIO NA RUA DOS CONEGOS DESTA CIDADE NO ANNO DE 1624.

Pelo Padre Fray Antonio de Thomar Religioso da Ordem de São Francisco da Provincia de Portugal.

DEDICADO AO SENHOR
Affonso Furtado de Mendoça, Deão da
Sancta See de Lisboa.



Em Lisboa. Com todas as licenças. Por Antonio Aluares 1629



Trancoso, da Pedreira, da Estrela e dos Olivais em Coimbra, da Figueira da Foz, de Leiria, de Vila Cova de Subavô, da Covilhã, de Penamacor, de Idanha, da Sertã e de Castelo Branco. Na Estremadura houve a dos Conventos de Santo António do Varatojo, da Merceana, de Mafra, da Lourinhã, de Lisboa junto ao Campo de Santana, da Cruz da Pedra em Benfica, e do Estoril. No Ribatejo houve a dos Conventos de Santo António de Abrantes, de Torres Novas, do Píneiro na Chamusca e da Castanheira. No Alentejo houve as Igrejas dos Conventos de Santo António de Alcácer do Sal, do Torrão, de Portalegre, do Crato, de Fronteira, de Estremoz, do Redondo, de Campo Maior, de Alter do Chão, de Évora, de Beja, de Sines, de Moura, de Serpa e de Odemira. No Algarve houve a dos Conventos de Santo António de Faro, de Loulé, de Tavira e de Estômbar.

Também no Ultramar os Portugueses construíram Igrejas dedicadas a Santo António, ao lado de Conventos Franciscanos. Assim, nos Açores houve as Igrejas dos Conventos de Santo António de Angra, da Horta e da Lagoa, em Angola a do Convento dos Capuchinhos em Luanda, na Índia as dos Conventos de Santo António em Baçaim, Cananor, Tanã e Meliapor e no Brasil as dos Conventos de Santo António do Recife, do Rio de Janeiro, do Pará, do Maranhão, da Paraíba, de Paraguaçu, de Cairu, de Igarauçu, de Ipojuca, de Sergipe do Conde e de Santos (*).

Acabo de citar 75 Igrejas de outros tantos Conventos Franciscanos em Portugal, continental e ultramarino, e muitas delas ainda existem, como a de Santo António de Guimarães, que é a Igreja do Hospital, a de Santo António de Barcelos servida pelos Capuchinhos, embora tenha sido trasladada para outro sítio dessa cidade há 50 anos, a de Santo António de Faro, que é hoje o Museu Arqueológico, a de Santo António do Estoril e a de Santo António dos Olivais, em Coimbra, ambas hoje Igrejas paroquiais, as de Santo António do Recife e de Santo António no Rio de Janeiro, no Largo da Carioca, uma e outra dignas, pela sua beleza artística e pela sua antiguidade, de serem atentamente visitadas, e finalmente, para não prolongar demais esta enumeração, a majestosa e grandiosa Igreja do Convento de Santo António de Mafra, a maior ou mais vasta e, depois da Basílica de Pádua, a mais artística Igreja que se construiu no Mundo dedicada ao nosso Santo.

SERMAM

DO GLOIOSO

S. ANTONIO

DE LISBOA.

QUE PREGOU NA IGREJA

DE SANTA MARINHA
desta-Corte, & anniversaria devoção do Doutor Diogo
Marchão Themudo, do Conselho de S. Magestade, &
seu Desembargador do Paço, &c. Estando o Santif-
fimo exposto,

O P. MANOEL GODINHO &c.

Anno de 1688.



EM COIMBRA.

Com todas as licenças necessarias.

Na Oficina de JOAM ANTUNES.

Anno de M. DC. XCII.

Além dessas Igrejas conventuais consagradas a Santo António, outras há que não foram construídas ao lado de Conventos Franciscanos, mas erigiram-se por devoção dos Portugueses para com o seu Santo compatriota. Assim aconteceu com a de Santo António do Funchal, erigida em parochial nos meados do século XVI, sendo decerto a primeira freguesia que no Mundo se dedicou ao ilustre Santo, filho de Lisboa. Do mesmo modo sucedeu com a Igreja Nacional dos Portugueses em Roma, da qual o orago primitivo de Nossa Senhora e São Vicente se mudou em princípios do século XVI para Santo António, Igreja artística, que causa encanto a quem a visi-

ta (*). O mesmo se deu também com a Igreja dos Congregados no Porto, construída no local onde havia uma capela dedicada a Santo António; essa artística e frequentadíssima Igreja está ao principio da rua, que por causa dela se chama de Santo António, no centro da cidade do Porto. Também se deu o mesmo com a linda Igreja de Santo António em Lagos, no Algarve, construída pelos militares e hoje é o Museu Regional. Construídas no nosso tempo, são dignas de se lembrarem as Igrejas de Santo António das Antas, na mesma cidade do Porto, de Santo António da Polana em Lourenço Marques e de Santo António da Cuca em Luanda, esta construída e servida

SERMÃO
QUE PREGOV O R. P.
ANTONIO VIEIRA DA COMPANHIA
de IESV, na Igreja das Chagas, em a felta, que se
fez a S. Antonio, aos 14. de Setembro
deste anno de 1642.

Tenho publicado as Cortes para o dia seguinte.



EM LISBOA: Com todas as licenças necessárias.
Na Officina de Domingos Lopes Rosa, Anno de 1645.

pelos Capuchinhos, todas as quais são sedes de novas freguesias. Compreende-se assim e aplaude-se o projecto de construir nesta cidade de Lisboa uma grandiosa Igreja, ou melhor, uma Basilica em honra de Santo António, no alto do Parque Eduardo VII, perto da Igreja de São Sebastião da Pedreira. Tal projecto está conforme à nossa tradição, que já tem 750 anos, e uma vez realizado, provará que, apesar dos tristes tempos em que vivemos, continuamos a considerar Santo António o mais ilustre filho de Lisboa e seu eficaz protector.

Se das Igrejas dedicadas em Portugal a Santo António passasse a referir as ermidas e capelas, construídas em Sua honra, seria um nunca mais acabar. Já atrás se lembrou a capela de Santo António no centro do Porto, onde depois se construiu a Igreja dos Congregados, isto é, dos Padres da Congregação do Oratório de São Filipe de Néri. No extremo do Algarve, junto à foz do Guadiana, em frente da povoação espanhola de Ayamonte, havia uma capela de Santo António; aí o Rei Dom José I, em 1774, mandou construir uma vila, que por isso se chamou e chama Vila Real de Santo António. Freguesias com o nome do nosso Santo, como Santo António de Monforte em Chaves, Santo António das Areias em Marvão, Santo António de Capelins no Alandroal, Aldeia de Santo António no Sabugal, Serra de Santo António em Alcanena, Santo António do Couço em Coruche, Santo António em Reguengos de Monsaraz, Santo António do Ameixial em Loulé, Santo António do Pico, nos Açores, Santo António em Ponta Delgada, Santo António da Serra ou o Santo da Serra na Madeira, Santo António na Ilha do Príncipe, Santo António do Zaire em Angola, e no Brasil, Santo António da Alegria, Santo António do Amparo, Santo António do Jardim e tantas outras freguesias têm decerto a sua origem em ermidas ou capelas, que aí havia, dedicadas ao Santo, ilustre filho de Lisboa.

Se da enumeração das capelas e ermidas passar à de irmandades e romarias de Santo António, que existiram em Portugal, muito haveria para dizer. Em 1895, o douto Abade de Tagilde publicou um belo estudo de 200 páginas, intitulado «Guimarães e Santo António», em que trata da Igreja e Convento e das capelas, altares e confrarias de Santo António, existentes no concelho de Guimarães (1); há certamente material para se fazer estudo semelhante sobre cada um dos 305 concelhos de Portugal.

SERMÃO ¹⁷

QUE PREGOU
O P. ANTONIO VIEYRA

da Companhia de JESU, na Igreja das Chagas, em
a festa que se fez a S. ANTONIO, aos 14.
de Setembro deste anno de 1642.

Tendo se publicado as Cortes para o dia seguinte.



Bel
21680

EM COIMBRA, Com todas as licenças necessarias.
Na Impressão da VIUVA de MANOEL de CARVALHO
Impressor da Universidade: Anno de 1672.

Não admira, portanto, que também na Literatura Portuguesa, isto é, pelos poetas e prosadores castiços de Portugal, a figura de Santo António tenha sido louvada. Já atrás se indicaram os nomes de Frei Marcos de Lisboa, vernáculo escritor quinhentista, e do Padre António Vieira, que ocupa lugar eminente na Literatura Portuguesa. Em meados do século XVI Afonso Álvares, da escola de Gil Vicente, publicou o «Auto do bemaumentado senhor Sancto Antonio... a pedimento dos muyto honrrados, e virtuosos Conegos de sam Vicente. Muy contempliui, e em partes muy gracioso, tirado

de sua mesma vida». Esse auto teve duas edições quinhentistas muitissimo raras e depois reeditou-se pelo menos 18 vezes (18). Na segunda metade do mesmo século XVI viveu o poeta Frei Agostinho da Cruz, natural de Ponte da Barca e irmão de Diogo Bernardes, e entre as lindas e devotas poesias, que dele se conservam, há dois sonetos sobre Santo António (19). Do próprio Diogo Bernardes também se publicaram lindas oitavas sobre o mesmo Santo e Jerónimo Corte Real dedicou-Lhe alguns versos na epopeia sobre o naufrágio do Sepúlveda (20). Em 1610 o poeta e livreiro



**Auto do
bemaventurado senhor
Sancto Antonio.**

 **dições**
fac-similadas de
Livraria Civilização
PORE

Francisco Lopes fez imprimir em Lisboa um poema em cinco cantos sobre a vida e milagres de Santo António, poema em que se contém lindas poesias e que se editou pelo menos oito vezes (19). Em 1616, o português Luis de Tovar publicou em Lisboa um longo poema em espanhol sobre Santo António e em 1665 o Beneditino Frei Jerónimo Baía fez imprimir uns versos sobre o facto de Dom Afonso VI ter mandado alistar como soldado o nosso glorioso Santo, versos que se voltaram a imprimir em 1758 (20). No mesmo ano de 1665 Sebastião da Fonseca e Paiva publicou sobre o mesmo facto outros versos, que se reimprimiram em 1762, sem se indicar o nome do autor (21). Em 1749, do então recentemente falecido António Cardoso Vasconcelos e Meneses publicou-se em Lisboa uma vida de Santo António em verso, romance lírico de 714 coplas, e talvez do mesmo autor, sem se indicar o seu nome, imprimiu-se em 1785 um canto épico de 67 oitavas sobre o milagre do nosso Santo, que estando a pregar em Pádua, apareceu em Lisboa para livrar o seu pai (22). Em 1787 e em 1790 imprimiu-se, ou reimprimiu-se duas vezes, o folheto de cordel, atribuído ao prolífico autor Nicolau Luís, sobre a romaria à ermida de Santo António da Charneca, entre a Trafaria e a Caparica (23). No século passado e neste século vários poetas, como João de Lemos, Augusto Gil, Afonso Lopes Vieira, António Correia de Oliveira, António Botto, Guilherme de Faria e António Sardinha compuseram lindos versos em honra de Santo António (24). Também houve autores portugueses que publicaram poesias em latim sobre o mais famoso Santo nascido em Portugal. Desses autores o mais conhecido é o atrás citado Padre Manuel de Azevedo, que em Veneza fez imprimir os *Fasti antoniani* em três sucessivas, artísticas e raras edições (25).

Literatos portugueses, que escreveram em prosa, também se ocuparam de Santo António e alguns até Lhe dedicaram livros inteiros. Assim aconteceu com Alberto Pimentel em 1874, com Afonso Lopes Vieira em 1932, com a ainda viva Agustina Bessa-Luis em 1973 e com Aquilino Ribeiro em 1954, embora a ideologia deste último autor estivesse em profundo desacordo com a doutrina pregada pelo nosso Santo (26). Portanto, o português mais conhecido e mais venerado em todas as nações do Mundo não foi, nem podia ter sido esquecido pela nossa Literatura.

O mesmo sucedeu com a Escultura e a Pintura de artistas portugueses. Já atrás se indicaram artísticas Igrejas, como a de Santo António à Sé, em Lisboa, a de Santo António dos Portugueses em Roma, a dos Congregados no Porto, a dos Conventos de Santo António no Recife e no Rio de Janeiro, e principalmente a do Convento de Santo António de Mafra, grandiosa e maravilhosa Igreja mandada construir pelo magnânimo Senhor Dom João V, fundador da Academia Real da História Portuguesa, Igreja que é a maior e, sem dúvida, depois da Basilica de Pádua, a mais artística de todas as que em qualquer nação do Mundo se dedicaram a Santo António.

Imagens deste nosso Santo, umas artísticas, outras encantadoras pela simplicidade e rudeza, encontram-se com frequência em museus portugueses e na posse de pessoas particulares.

Quanto à Pintura, embora Portugal se não tenha notabilizado, relativamente a Santo António, como a Itália e a Espanha, são conhecidos os quadros em que o frade Jerónimo Frei Carlos do Espinheiro, Francisco Vieira Lusitano, Pedro Alexandrino, Domingos António Sequeira e Columbano Bordalo Pinheiro, representaram o nosso Santo. Só do século XVI conservam-se ainda 16 quadros de pintores portugueses a representarem Santo António, provenientes uma boa

POEMA
MYSTTICO
DEL GLORIOSO
SANTO ANTONIO
DE PADVA.

*Contiene su vida, milagros y muerte.
Por Luys de Tovar.*

Dirigido a la Virgen sacratissima del
Amparo.



Con todas las licencias necesarias.
EN LISBOA: Por Pedro Craesbeeck.
Año de 1616.

Con gracia y Privilegio.

3490

Igreja de Santo António em Lisboa.
No segundo plano a Sé Catedral



parte deles da artística Igreja, tristemente destruída, do Convento de Santo António de Ferreirim, perto de Lamego, e obras de pintores desconhecidos que, por isso se designam com o nome de Mestres de Ferreirim⁽¹⁾. No maravilhoso Mosteiro da Madre de Deus, em Lisboa, há uma grande sala, que só contém quadros de Santo António. Em Faro existe na Capela de Santo António do Alto o assim chamado «Museu Antonino» e em Lagos, na Igreja de Santo António dos Militares, está instalado o Museu regional do mesmo Santo, juntamente com o Museu Arqueológico.

Muitas são também as gravuras feitas em Portugal a representar Santo António, umas, artísticas obras dos nossos melhores gravadores, outras de cunho popular; exceptuando a Santíssima Virgem, não há outro Santo, de quem se tenham feito em Portugal tantas gravuras⁽²⁾.

No alto do Sameiro, a dominar a cidade de Braga e uma extensa região do Minho, construiu-se uma grande estátua de Santo António; também na capital portuguesa se erigiu na via pública, no novo bairro de Alvalade, uma estátua a representar esse ilustre filho de Lisboa, que desde tempos antigos o considera seu especial Protector, sem por isso ter destronado São Vicente, que é o principal Padroeiro desta cidade. Portugal também, sem ter tirado à Senhora da Conceição o título e o encargo de ser a principal Padroeira da nação portuguesa, considera Santo António como seu especial protector e o dia da sua festa, a 13 de Junho, é celebrado, religiosa e popularmente, por todo o País.

Não admira, portanto, que em 16 de Janeiro de 1946 o Santíssimo Padre o Papa Pio XII, de imorredoura memória, ao proclamar *Urbi et Orbi* Santo António Doutor da Igreja Universal, tenha começado com as palavras *Exulta, Lusitania Felix* o Breve Pontifício em que anuncia-va ao Mundo essa fausta notícia. *Exulta, Lusitania Felix, Exulta sim, Feliz Portugal*, pode-se também repetir no íntimo de cada um de nós ao verificarmos que Santo António é considerado o português, se não o mais santo, pois isso só Deus o sabe, pelo menos o mais conhecido, mais venerado e mais invocado em todas as nações da Terra.

(1) — Essa vida, chamada *Legenda assidua* por causa da palavra com que começa, conserva-se no cód. alcobacense n.º 420, antigo



CCLXXXVI, fls. 34 r-51 v na Biblioteca Nacional de Lisboa, e foi publicada no seu texto original latino, com a tradução portuguesa, por Frei Fortunato de São Boaventura, *Vida e Milagres de Santo António de Lisboa, obra de um A. anónimo, porém da Ordem dos Frades Menores, a qual he publicada agora pela primeira vez como se lê no Codice de 286 da Livraria manuscrita do Real Mosteiro de Alcobaça*, Coimbra, 1830. Também se publicou só em latim nos *Portugalia Monumenta Historica... Scriptores*, vol. I, pp. 116-130, Lisboa, 1856. A melhor edição desta primeira vida de Santo António é ainda a de Leão de Kerval, que se cita na nota 6.

(*) — José Joaquim Nunes, *Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)*, Manuscrito do século XV, agora publicado inteiramente pela primeira vez, Vol. I, pp. 226-295, Lisboa, 1918. Esse manuscrito está na Biblioteca Nacional de Lisboa, cód. 94 da colecção dos manuscritos iluminados.

Esta vida de Santo António já tinha sido publicada pelo mesmo J. J. Nunes na *Revista Lusitana*, vol. XV, pp. 177-235, Lisboa, 1912, e no Porto nesse mesmo ano publicou-se a respectiva separata de 59 pp. com o título *Textos antigos portugueses, Cousas notáveis e Milagres de Santo António de Lisboa*. O texto original latino na *Chronica XXIV Generalium*, com douda introdução, editou-se em Quaracchi, na Itália, junto a Florença, em 1897.

(*) — A edição original portuguesa, que é livro muitíssimo raro, intitula-se *Primeira Parte das Chronicas da ordem dos frades Menores...*, Lisboa, João Blávio, 1577 e a vida de Santo António ocupa os fls. cxliii v-cxliii v, que formam o livro quinto, dos dez em que esta primeira parte está dividida. As outras edições, que examinei, são as seguintes: Lisboa, Manuel João, 1566; Lisboa, António Ribeiro, 1587, e Lisboa, Pedro Craesbeck, 1615 em português. Alcalá, Andrés de Angulo, 1562; Saragoça, Agustín Millán, 1563; Alcalá, Andrés de Angulo, 1568; Madrid, Francisco Sánchez, 1574; Alcalá, Juan Gracián, 1609; Salamanca, Antonia Ramirez, 1626; Barcelona, Pedro Lacavalleria, 1634; Valência, Josef y Tomás de Orga, 1788. O tradutor desta Primeira Parte foi Frei Diogo Navarro e a edição de Salamanca 1626 foi diversamente disposta por Frei Juanetín Niño. A tradução italiana, feita da espanhola por Horácio Diola de Bolonha, consta de dois volumes e no segundo contém-se a vida de Santo António, imprimiu-se pelo menos em Parma por Erasmo Viotti em 1581, em Casaliniore por António Canacci em 1582, em Brécia por Pietro Bózzola em 1582, em Parma pelos herdeiros de Seth Viotti em 1582, em Veneza por António Ferrari em 1582, em Veneza por Cornélio Arrivabene em 1583, em Veneza por Gio. Battista Somasco em 1585, em Veneza por Domenico de Imberti em 1585, em Veneza por Fioravanti Prato em 1585, em Parma por Erasmo Viotti em 1586, em Veneza por Fioravanti Prati em 1587, em Veneza pela Mínima Companhia em 1593, em Veneza por Paulo Ugolino em 1597, em Veneza por Sebastiano Combi em 1599, em Veneza por Gio. Maria Leni em 1599, em Veneza por Pietro Ricciardi em 1600 e em 1604, em Milão por Girolamo Bordoní e Pietromartire Locarni em 1605, em Veneza por Mathio Valentino em 1606, em Vene-

za por Pietro Dusinello em 1611, em Veneza por Pietro Miloco em 1617, em Veneza por Andrea Baba em 1625 e em Nápoles por Novello de Bonis em 1680. A tradução francesa, feita por S. Santeuil, também consta de dois volumes, contendo-se no segundo a vida de Santo António, e teve as edições de Paris pela viúva de G. Chaudière em 1600 e em 1608, a de Troyes por Pierre Chevillot em 1602, edição revista pelos Capuchinhos, e a de Paris por Robert Fouet em 1622. A tradução alemã, feita por Carl Kurtzen de Senfftnaw, publicou-se em Constança, junto à Sulça, por Nicolau Kalt em 1604, em Munique por Anna Bergin em 1620 e em Praga por Johan Nicolaum Hampeli em 1623, edição esta mandada imprimir pelos Capuchinhos. A tradução inglesa feita por William Cape publicou-se em Saint-Omer, na França, por John Heigham em 1618 e da tradução polaca só vi a segunda edição, impressa em Supraslú em 1747. Tive na mão e descrevi todas estas edições, algumas das quais são raríssimas. Evidentemente pode haver outras edições das Crónicas de Frei Marcos de Lisboa, que não vi, nem sequer indicadas.

(*) — Estas vidas são as seguintes:
FREI MIGUEL PACHECO, *Epítome de la Vida, Acciones y Milagros de San Antonio, natural de la ciudad de Lisboa*, Madrid, por Julián de Paredes, 1647 e Lisboa na oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1658. A tradução italiana, feita pelo Padre Francisco Maria Vici de Fano, foi impressa em Milão por Ludovico Monza em 1654, a alemã de João Baptista Bircher foi editada em Lucerna por David Hault em 1658, aí nesse ano e na mesma tipografia imprimiu-se a tradução latina dos Franciscanos Conventuais de Lucerna e a portuguesa, feita por Miguel Lopes Ferreira, publicou-se em Lisboa na Oficina Ferreirinha em 1732 e, acrescentada «com muitas notícias e circunstâncias maravilhosas da sua vida e vários prodígios novos» por José Pereira Baião, imprimiu-se em Lisboa na Oficina de António de Sousa da Silva em 1735.

BRAS LUÍS DE ABREU, *Sol nascido no Occidente, e posto ao nascer do Sol. S. Antonio portuguez...* Coimbra na Oficina de José Antunes da Silva, 1725. *Id.*, Lisboa, na Oficina de Domingos Gonçalves, 1753. *Id.*, Lisboa, na Oficina de José da Silva da Natividade, 1754; *id.* *Vida de Santo António (portuguez) ou Sol nascido no Occidente...* Lisboa, s.a. (1895?).

D.J.M.D.C.R. [Dom João da Madre de Deus Conego Regrante], *Compendio da Vida admiravel do Thaumaturgo portuguez Sancto Antonio dedicado à Candura e Pureza do mesmo Sancto*, Lisboa, 1824. *id.*, Lisboa, 1833.

F. A. CARLOS DAS NEVES, *O Grande Thaumaturgo de Portugal Sancto Antonio de Lisboa: Sua Historia, sua Epocha e Sua Bibliographia, estudada escrupulosamente nas Suas primeiras Fontes de Portugal, Itália e França*, volumes I e II, Porto, 1895 e 1899. A bibliographia devia ocupar o volume III, que se não publicou.

FRANCISCO GOMES TEIXEIRA, *Santo António de Lisboa, Tradição e Lenda*, Lisboa, 1931.

ALOISIO TOMÁS GONÇALVES, *Vida de Santo António de Lisboa*, Braga, 1932.

MÁRIO GONÇALVES VIANA, *Santo António de Lisboa*, Porto, 1938.

FERNANDO FÉLIX LOPES, *Santo António de Lisboa Doutor Evangelico*, Braga, 1946, 1954 (2.ª edição) e 1980 (3.ª edição).

Além destas vidas de Santo António há muitas outras, como a de António Joaquim de Almeida com 5 edições (Porto, 1858, 1866, 1871, ? e 1895), a de Fernando Tomás de Brito (Lisboa, 1895), a de Rocha Martins (Lisboa s.a.), a de J.C. Freitas Barros (Lisboa, 1944) e principalmente a de Manuel Bernardes Branco, *O Padre St.º António de Lisboa*, (Lisboa, 1887), a qual tem notícias muito interessantes sobre o tema deste estudo. Merece também citar-se o que o Padre Jorge Cardoso escreveu no *Agiologio Lusitano*, vol. III, pp. 658-666 e 672-681, Lisboa, 1666.

(*) — *A Vita del Thaumaturgo portoghese Sant'Antonio di Padova arricchita di nuove Notizie, e critiche Osservazioni tratte da Codici e monumenti sicuri, ignoti ai stessi più classici, non che ad altri Autori delle cento, e più Vite vedute dall'Autore. Presentata all'Eccellentissimo e Reverendissimo Monsignor D. F. Emmanuele del Cenaculo Villasboas concittadino del Santo, del terzo Ordine di S. Francesco Vescovo di Beja. Dal sacerdote Emmanuele de Azevedo coimbricese. In Venetia, 1788. Appresso Antonio Zattà. Con Licenza dei Superiori reeditou-se em Bolonha, 1790 (2.ª edição), Veneza, 1793 (3.ª edição), Veneza, 1818 (4.ª edição), Florença, 1829, Veneza, 1849 (5.ª edição), Veneza, 1852 (6.ª edição), Veneza, 1866 (6.ª edição ricorretta), Monza, 1867 em dois volumes, Nápoles, 1887 (2.ª edição napolitana sobre a 2.ª romana), Veneza s.a. (8.ª edição), Pádua, 1892 (8.ª edição), Roma, 1894 (3.ª edição romana), Nápoles, 1900 (3.ª edição napolitana) e Veneza, 1930. Como se vê, falta indicar a 1.ª edição napolitana e as 1.ª e 2.ª romanas, que não encontrei, e talvez a que no frontispício tem a indicação de ser a 7.ª edição e deve ter existido. Há ainda a tradução espanhola, que teve três edições, as de Madrid, 1790, 1863 e 1885, e a tradução portuguesa, feita por T. Lino da Assunção e publicada em Lisboa, na Parceria António Maria Pereira em 1909. Publicaram-se também com títulos diferentes diversas edições abreviadas desta Vida de Santo António. Examinei as de Veneza, 1789, 191, 1793 e 1817, Bolonha, 1791, 1795 e 1796, Pádua, 1829, 1838, 1873 e 1941, Verona, 1845, Bassano, 1894 e Piacenza, 1895; as traduções polaca e inglesa, abreviadas, publicaram-se respectivamente em Varsóvia, 1865 e Pádua, 1928. Decerto houve outras edições, principalmente em italiano, as quais com dificuldade se encontram, pois geralmente nas Bibliotecas Públicas não há muito cuidado em adquirir e conservar livros de piedade.*

(*) — As obras dos investigadores estrangeiros acima citados são as seguintes:
ANTONIO AT, *Histoire de Saint Antoine de Padoue d'après les sources hagiographiques du XIII, XIV e XV siècle*, Paris, 1878. Há tradução portuguesa abreviada, impressa na Baía, em 1930.

ANTONIO MARIA IOSA, *Legenda seu Vita et Miracula S. Antonii de Padua, saec. XIII concinita*, Bolonha, 1883. É a chamada *Legenda Raimondina*, escrita em 1293 por Frei Pedro Raymond de Saint-Romain e decalca da sobre a *Legenda Prima ou Assidua*, de que falei ao principio.

FERNANDO MARIA DELORME (d'Araules), *Franciscano, La vie de Saint Antoine de Padoue*

par Jean Rigault, publiée pour la première fois (texte latin e traduction), Bordéus, 1890. É a Legenda Rigoldina.

HILÁRIO DE PARIS, Capuchinho, *Saint Antoine de Padoue. Sa Légende primitive et autres pièces historiques*, Montreuil-sur-Mer, 1890. O autor em 1894 passou para os Franciscanos, então chamados Leonianos, por causa da união promovida por Leão XIII, e hoje simplesmente Franciscanos, embora os Capuchinhos também o sejam.

LEÃO DE KERVAL, *Sancti Antonii de Padua Vitae duae quarum altera hucusque inedita*, Paris, 1904. São as Legendas *Prima* ou *Assidua* e *Benignitas*. É este ainda o melhor estudo sobre as fontes para a vida de Santo António.

LEOPOLDO DE CHERANCÉ, Capuchinho, *Saint Antoine de Padoue d'après les documents primitifs*, Paris, 1906.

NICOLAU DAL-GAL, Franciscano, *Sant'Antonio di Padova Taumaturgo Franciscano...* *Studio dei Documenti*, Quaracchi, 1907.

DOMINGOS MARIA SPARACIO, Franciscano Conventual, *S. Antonio di Padova Taumaturgo Franciscano nella vita, nel pensiero, nella gloria*, Pádua, 1923 em 2 volumes.

Filipe Conconi, *Legende di S. Antonio da Padova e altri documenti del secolo XIII*, Pádua, 1930.

ANDRÉ CALLEBAUT, Franciscano, *Saint Antoine de Padoue. Recherches sur ses trente premières années. Notes, discussions et documents en Archivium Franciscanum Historicum*, vol. XXIV, pp. 449-494, Quaracchi, 1931.

HILARINO FELDER, Capuchinho, *Die Antoniuswunder nach den aelteren Quellen*, Paderborn 1933 e *Geschichte der Wissenschaftlichen Studien im Franziskanerorden*, Friburgo de Brisgávia, 1904, obra em que muito se fala de Santo António e se traduziu ao francês (Paris, 1908) e ao italiano (Sena, 1911).

(⁷) — Vejam-se os artigos do Sr. Padre FERNANDO FÉLIX LOPES publicados na revista *Colectânea de Estudos*, vol. II, pp. 13-29 e vol. IV, pp. 88-105, Braga, 1947 e 1953, intitulados *Notas antonianas: A Família de Santo António de Lisboa e Notas antonianas: A Vocação missionária de Santo António e o culto de Santo António em Portugal no século XIII*, assim como os Apêndices ao Livro *Santo António de Lisboa Doutor Evangélico*, melhorados em cada uma das suas três edições.

JOSÉ DE SOUSA MONTEIRO, *Santo Antonio de Lisboa. Estudo de Historia e Critica*, Lisboa, 1895 e *S. Antonio di Padova. Rilievi caratteristici Studio storico-critico*, tradução de Mons. Benedetto Neri, Pádua, 1930.

ANTÓNIO DE VASCONCELOS, *A Vocação Missionária de Santo António de Lisboa*, Coimbra, 1933.

FRANCISCO DA GAMA CAEIRO, *Santo António de Lisboa, Volume I, Introdução ao Estudo da Obra antoniana e Volume II, Tomo I, A Espiritualidade Antoniana*, Lisboa, 1967 e 1969.

(⁸) — Veja-se MÁRIO MARTINS, *O Sermão-rio de Frei Paio de Coimbra do cód. alc. 5/CXXX*, em *A Sátira na Literatura Medieval Portuguesa*, pp. 18-21, Lisboa, 1977. Esses sermões, ou o seu resumo em latim, copiados no Mosteiro de Alcobça pelo Monge Domingos Pires, em 1250,

conservam-se na Biblioteca Nacional de Lisboa, cód. alcobcense 5, antigo CXXX.

(⁹) — «Sermão de Santo António na Anúncia da em 1575» em *Sermões do Doutor Diogo de Payva d'Andrade. Segvnda Parte*, pp. 264-274, Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1604.

«Sermão na Festa de S. Antonio. Roma em S. Antonio dos Portugueses. Anno 1586». «Sermão na Festa da Trasladação de S. Antonio. Lisboa no Mosteiro da Anúncia. Anno 1591» e «Sermão. 2. na Festa de S. Antonio. Lisboa no Mosteiro de S. Vicente de Fora. Anno 1591» em Francisco Fernandes Galvão, *Sermões das Festas dos Santos*, fls. 120 v-127 v, 57 r-63 r e 128 r-135 v, Lisboa por Pedro Craesbeeck, 1613. Na edição de Lisboa, 1619, esses sermões ocupam os fls. 95 r-100 v, 46 r-50 v e 100 v-106 v.

Frei João de Ceita, *Sermões para algumas festas de Santos da nossa Ordem*, fls. 38 r-56 v, Lisboa, 1635. São dois sermões de Santo António, de que se não diz onde nem quando foram proferidos.

«Sermão de Santo António Portugues. Em Euora no Mosteiro de S. Antonio, em 13. de luno de 1616», em *Segvnda Parte dos Sermões do Padre Francisco de Mendonça*, pp. 220-227, Lisboa, por Lourenço de Anvers, 1649.

«Sermão de S. Antonio pregado no Convento de S. Francisco da Cidade» e «Sermão de Santo António, pregado no Convento dos Capuchinhos Franceses, na ocasião em que se trasladou para a sua Igreja nova o Santíssimo Sacramento, ficando exposto nesse dia», em Cristóvão de Almeida, *Sermões varios... Terceira parte*, pp. 1-24 e *Quarta Parte*, pp. 70-92, Lisboa, 1680 e 1686.

Além destes cinco pregadores, cujos sermões em edição conjunta incluem algum ou alguns sobre Santo António, há muitos outros pregadores portugueses, com cujos sermões impressos em conjunto acontece o mesmo. Dá-se isso com os cronistas Frei Fernando da Soledade e Frei Francisco de Santa Maria e com o Congregado Padre Manuel Consciência, etc. etc. Se enumerasse todos esses pregadores, alongaria exageradamente esta nota.

(¹⁰) — FREI ANTÓNIO DE TOMAR, Franciscano, *Sermão na Sancta See de Lisboa em 18. de Setembro de 1628. em a festa primeira que o Reverendo Cabido fez na dita See a S. Antonio em memoria do milagre do Rayo que cahio na rua dos Conegos desta Cidade no anno de 1624*, Lisboa, por António Álvares, 1629. Deste opúsculo raríssimo só consegui ver o exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa.

MANUEL GODINHO, Jesuita e depois Padre secular, *Sermão do glorioso S. Antonio de Lisboa, que pregou na Igreja de Santa Marinha desta Corte...* Anno de 1688, Lisboa, na Oficina de Miguel Deslandes, 1688 e Coimbra, na Oficina de João Antunes, 1692.

FREI LUCAS DE SANTA CATARINA, *O Racional da Graça. Trezena Predicativa de S. Antonio repartida em treze Discursos...* Lisboa, na Oficina da Música, 1735. Também o Franciscano Frei António do Rosário, conhecido autor de livros sobre o Brasil, publicou duas trezenas de sermões, que pregou sobre Santo António em Pernambuco, a saber, *Feyra mystica de Lisboa, armada em hua trezena do divino Portuguez, Santo Antonio...*, Lisboa, na Oficina de João Gal-

rão, 1691 e *Sortes de S. Antonio celebradas em uma Trezena historica, moral, e panegyrica...*, Lisboa, na Oficina de Miguel Manescal, 1701.

FREI ANTÓNIO DE SANTA MARIA JABOATÃO, *Sermão de St.º Antonio pregado no seu Convento da Villa do Recife de Pernambuco em dia do Corpo de Deos no anno de 1743...*, Lisboa, na Oficina de Pedro Ferreira, 1751. Este raríssimo sermão foi reeditado no livro *Jaboatão mystico em Correntes sacras dividido*, p. 249-271, Lisboa, na Oficina de António Vicente da Silva, 1758.

JERÓNIMO COELHO, *Discursos predicaveis sobre a vida, virtudes, e milagres do Gigante dos Menores, Hercules portuguez, divino Athlante Santo Antonio. Primeira Parte sobre a vida do Santo do tempo de sua minicacia até se exercitar no Officio de Mestre*, Lisboa, por Henrique Valente de Oliveira, 1663; e *Segunda Parte. Do tempo em que o Menino Deos se lhe poz entre os braços até que na eternidade se lhe manifestou glorioso*, Lisboa, por Domingos Carneiro, 1669.

ALVES MENDES, *Santo Antonio. Discurso na sua Real Casa de Lisboa e solemnisissimo Septingenario do seu nascimento*, Lisboa, 1895. Este eloquentíssimo sermão também se publicou nos *Discursos (inéditos e dispersos)* do Cônego António Alves Mendes, vol. II pp. 65-121, Lisboa, 1905.

ANTÓNIO VIEIRA, *Sermão que pregou... na Igreja das Chagas, em a festa que se fez a S. Antonio, aos 14. de Setembro deste anno de 1642. Tendose publicado as Cortes para o dia seguinte*, Lisboa, na Oficina de Domingos Lopes Rosa, 1642. Deste sermão há, sem indicação do lugar e do ano da impressão e sem frontispício, uma edição que talvez seja a primeira; em 1645 foi reimpresso duas vezes em Lisboa por Domingos Lopes Rosa, e em vida do autor ainda teve duas edições em Coimbra, respectivamente em 1658 por Tomé Carvalho e em 1672 pela Viúva de Manuel de Carvalho. Finalmente, em 1895, reeditou-se em Lisboa. Além deste Sermão de Santo António, o Padre António Vieira pregou outros, entre os quais o famoso Sermão aos peixes, proferido em São Luis do Maranhão em 1654. Sobre as muitas edições e traduções dos sermões do Padre António Vieira, veja-se Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. IX, pp. 194-234, Rio de Janeiro, 1949.

Além destes oito pregadores, muitos outros publicaram em Portugal sermões avulsos sobre Santo António, como, limitando-me apenas ao século XVII, o Dr. Luis de Lemos em 1639, o Padre Manuel Pereira em 1669, o Dr. Jerónimo Ribeiro de Carvalho em 1673, Frei Agostinho da Conceição em 1675 e 1688, dois sermões pregados no Rio de Janeiro, o Padre Lourenço Ribeiro em 1693, sermão pregado na Baía, Frei Miguel Pacheco, em 1694, edição póstruma, Frei Jácome da Purificação em 1694, sermão pregado em Pernambuco, e o Padre Pedro Correia Barbosa em 1699. No século XVIII principalmente, mas também nos séculos XIX e XX, vários foram os sermões avulsos de Santo António, publicados em Portugal, e indicá-los apenas sucintamente ocuparia muito espaço nesta nota já extensa. Repare-se que todos esses sermões avulsos são raros e alguns muito dificilmente se encontram nas Bibliotecas públicas de Portugal. Do de Frei Jácome da Purificação, indicado por Barbosa Machado, não consegui ver nenhum exemplar.

(1) — O testamento de Dona Constança Sanches conserva-se na Torre do Tombo, *Livro I dos Reis*, fls. 75 v-77 v e foi publicado por Dom António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo I, pp. 21-25, n.º 11, Lisboa, 1739 e por Berta Leite, *Santo António e Dona Constança Sanches*, pp. 115-124, Lisboa, 1938.

(2) — Sobre a Igreja de Santo António à Sé, ou a «Real Casa de Santo António», veja-se Levy Maria Jordão e José do Nascimento Gonçalves, *História da Real Casa de Santo António*, Lisboa 1857, e Padre J. Rolim, *Santo António de Lisboa 1231-1831. Lembrança do sétimo Centenário da morte do glorioso Taumaturgo Português*, pp. 24-44, Coimbra, 1931.

(3) — Em 1834, quando se suprimiram em Portugal as Ordens Religiosas, os Franciscanos Portugueses formavam sete Províncias monásticas, a saber, a de Portugal e a dos Algarves, ambas de Franciscanos não reformados, e as da Piedade, da Arrábida, de Santo António, da Soledade e da Conceição, sendo estas cinco Províncias de Franciscanos reformados ou «Capuchos». Nos Açores havia a Província de São João Evangelista e a Custódia da Conceição, na Madeira a Custódia de São Tiago Menor, na Índia as Províncias de São Tomé e da Madre de Deus e no Brasil as de Santo António e da Conceição. Os Conventos de Santo António em Ferreira, Trancoso e Figueira da Foz pertenciam à Província de Portugal e os Conventos de Santo António no Estoril, na Lourinhã, no Crato, em Campo Maior, Sines, Torrão, Serpa, Alcácer do Sal, Odeira e Estômbar pertenciam à Província dos Algarves, de Franciscanos Xabreganos, assim chamados por o seu Convento principal ou Casa-«Mãe ser o de S. Francisco de Xabregas. Os de Portalegre, Évora, Estremoz, Redondo, Fronteira, Alter do Chão, Beja, Moura, Faro, Loulé e Tavira eram da Província da Piedade, ou de «Capuchos piedosos»; os de Mafra, Leiria e Torres Novas eram da Província da Arrábida, ou de «Capuchos arrábidos». Os Conventos de Santo António em Lisboa, Benfca, Castanheira, Merceana, Sertã, Penela, Pará no Brasil, Pinheiro, perto de Chamusca e o Colégio de Santo António da Pedreira em Coimbra eram da Província de Santo António, ou de «Capuchos antoniosos». Os Conventos de Santo António no Vale da Piedade, perto de Vila Nova de Gaia, dos Olivais junto a Coimbra, em Abrantes, Castelo Branco, Penamacor, Idanha, Covilhã, Ourém, Aveiro, Guimarães e Penafiel pertenciam à Província da Soledade, ou de «Capuchos piedosos», pois essa Província era uma desmembrada da Piedade. Os Conventos de Santo António no Porto, em Viana do Castelo, Ponte de Lima, Caminha, Serém, Viseu, Pinhel, Vila Cova de Subavó, Maranhão no Brasil e o Colégio de Santo António da Estrela em Coimbra pertenciam à Província da Conceição de «Capuchos antoniosos», pois essa Província tinha-se desmembrado da de Santo António. Os Conventos de Santo António em Angra e na Horta eram da Província de São João Evangelista e o de La Laga, na ilha de São Miguel, pertencia à Custódia da Conceição. Os de Baçaim e Cananor eram da Província da Madre de Deus. Finalmente, os Conventos de Santo António no Recife, Paraíba, Ipojuca, Cairu, Igarapé, Paraguaré e Sergipe do Conde eram da Província de Santo António e os

do Rio de Janeiro e de Santos da Província da Conceição. Como se vê, não houve nenhum Convento dedicado a Santo António em Três-os-Montes e na Madeira, apesar de aí ter havido vários Conventos Franciscanos. Os Franciscanos portugueses tinham mais Conventos dedicados a Santo António do que a São Francisco. Estes eram 47 e os primeiros, como digo no texto, eram 75.

(4) — Sobre a encantadora Igreja Nacional dos Portugueses em Roma veja-se principalmente Miguel de Almeida Pile, *Santo António dos Portugueses em Roma*, Lisboa, 1951 e 1952, em 2 vols.

(5) — J. C. de Oliveira Guimarães, Abade de Tagilde, *Guimarães e Santo António*, Guimarães, 1895. Ao fim, nas pp. 183-198 está uma interessante bibliografia portuguesa, tirada de Barbosa Machado e de Inocêncio, com realce para os autores naturais de Guimarães.

(6) — Das duas edições quincentistas do *Auto de Santo António* por Afonso Álvares, a primeira não tem indicado o ano da impressão, nem o nome do impressor, e o seu único exemplar conhecido está na Biblioteca Nacional de Madrid, R. 8181; a outra edição foi impressa por António Álvares em Lisboa, 1598, e dela só se conhece um exemplar guardado em uma Biblioteca particular. Depois dessas duas edições houve a de Lisboa por Vicente Álvares em 1613, a de Évora por Francisco Simões em 1615 e as de Lisboa por António Álvares em 1619 e 1639, de todas as quais se não conhece nenhum exemplar, e as de Lisboa por António Álvares em 1642 e em 1643, por Domingos Carneiro em 1659 e por Bernardo da Costa Carvalho em 1719. Publicaram-se depois a de Évora em 1719, as de Lisboa na Oficina Ferreiriana em 1723 e por Francisco Borges de Sousa em 1761, as de Madrid 1922 e do Porto 1962, que são facsimilares da primeira edição quincentista, a de Lisboa em 1948 com prefácio, notas e glossário pelo Prof. Almeida Lucas e a adaptação feita por Gustavo Matos de Sequeira e publicada em Lisboa, 1934. Indicaram-se ainda as edições de Lisboa em 1791 e do Porto em 1859, mas ainda as não consegui localizar. São ao todo, portanto, 19 edições e possivelmente houve outras, pois os folhetos de cordel, assim se chamavam quase todas essas edições, não se conservavam muito tempo na posse de quem os adquiria e acontecia-lhes geralmente o que hoje sucede com os jornais depois de lidos. Todas as edições atrás indicadas, excepto as deste século, são muitíssimo raras.

(7) — José Caetano de Mesquita, *Várias Poesias do Veneravel Padre Fr. Agostinho da Cruz*, p. 12, n.º XXI, Lisboa, na Oficina de Miguel Rodrigues, 1771; Mendes dos Remédios, *Obras de Fr. Agostinho da Cruz*, pp. 14-15 e 200, Coimbra, 1918; *Poesias inéditas de Fr. Agostinho da Cruz*, p. 42, n.º XLIX, Coimbra, 1924.

(8) — Diogo Bernardes, *Várias Rimas ao bom Jesus, e a Virgem gloriosa Sva May, e a Sanctos particulares*, fls. 53 v-55 r, Lisboa, em casa de Simão Lopes, 1594 e Jerónimo Corte Real, *Navegação e lastimoso Sucesso da Perdida de Manuel de Sousa de Sepulveda*, fl. 115 r, Lisboa, na Oficina de Simão Lopes, 1594.

(9) — Francisco Lopes, *Santo António de Lisboa. Primeira Parte. De seu Nascimento, Criação, vida, morte & milagres*, Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1610. Esta primeira edição é rara e dela não consegui encontrar nenhum exemplar com o frontispício. As outras edições são pelo menos as de Lisboa, 1620, por Pedro Craesbeeck, 1671 por Francisco Vilela, as três modalidades da edição de 1680 pelo mesmo impressor Francisco Vilela e as do Porto em 1868 e 1876. A Segunda Parte, também em verso, consta de XIII cantos, trata dos Mártires de Marrocos e teve igualmente várias edições, que são pelo menos as de Lisboa, em 1619, em 1665, em 1701 e em 1749.

(10) — LUIS DE TOVAR, *Poema mystico [sic] del glorioso Santo Antonio de Padva, contiene su vida, milagros y muerte*. Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1616. É um poema em oitavas, dividido em XIII livros ou cantos e com 180 fls.

JERÓNIMO VAHIA, *Decimas ao Serenissimo Rey D. Afonso VI. Quando mandou alistar por Soldado ao glorioso Santo Antonio de Lisboa*, Lisboa, na Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1665 e Lisboa, na Oficina de Manuel António Monteiro, 1758. Estas duas edições constam de 8 pp. cada uma e talvez delas trate o opúsculo de José J. da Silva Pereira Caldas, *Decimas de Jerónimo Baia*, Braga, 1881, opúsculo que não consegui encontrar. Em *A Fenix Resuscitada, ou Obras poeticas dos melhores Engenhos Portugueses*, tomo IV, pp. 72-78, Lisboa, 1746, publicaram-se os versos intitulados *A Santo Antonio alistandose por soldado Redondilhas de Jerónimo Bahia*. Estas, porém, são as de Sebastião da Fonseca e Paiva, publicadas em 1665, ou pouco depois, como digo na nota seguinte. O compilador da *Fenix Resuscitada*, portanto, ter-se-ia enganado.

(11) — Sebastião da Fonseca e Paiva, *Redondilhas a Santo Antonio alistare por Soldado na Occasiam da Campanha do Alem-Tejo no anno de 1665*, Lisboa, na Oficina de Henrique Valente de Oliveira, sem indicação do ano, que se supõe ter sido o de 1665. Estas poesias, sem se indicar o nome do autor, reditaram-se com o título de *Redondilhas e Romance a St.º Antonio de Lisboa, alistando-se por Soldado. Offerece ao Senhor Antonio Borges e Carvalho, Luis Antonio Alfeimar*, Lisboa, na Oficina de António Vicente da Silva, 1762. Estas duas edições constam de 16 páginas cada uma, contendo as Redondilhas e um Romance em verso à Batalha de Montes Claros. Já disse na nota anterior que essas Redondilhas se reditaram em 1746, na *Fenix Resuscitada*, como se fossem de Frei Jerónimo Baia. Talvez por isso na edição de 1762 se não indicou quem era o autor das Redondilhas e do Romance. Da edição sem data e com a indicação de que foi impressa por Henrique Valente de Oliveira, o Visconde da Trindade, baseando-se para isso no papel e na gravurinha da portada, julgava que era contrafação do século XVIII. Veja-se Maria da Graça Pericão de Faria, *Restauração Catálogo da Coleção Visconde da Trindade*, pp. 27-28, n.º 18, Coimbra, 1979.

(12) — António Cardoso de Vasconcelos e Menezes (+1748), *Vida do glorioso St.º Antonio de Lisboa Escrita em metro... dedicada... por Joze*

Freire Monterroyo Mascarenhas, Lisboa, na Oficina de Pedro Ferreira, 1749 e *Canto épico do milagre de Sancto Antonio, quando ao mesmo tempo que pregava em Padua livrou a seu pae em Lisboa*, Lisboa, na Oficina de Lino da Silva Godinho, 1785. Foi Inocêncio no *Diccionario bibliographico portuguez*, vol. VIII, p. 110, n.º 2293, Lisboa, 1867, quem deu a entender que António Cardoso de Vasconcelos e Menezes teria sido o autor deste *Canto épico*.

(23) — *Romaria ao prodigioso Santo Antonio de Lisboa. Venerado (alem do Rio) na sua Ermida da Charneca*. Segue na mesma primeira página, depois deste título, o texto, que é a duas colunas e acaba no meio da p. 25. Está depois o colofon: *Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira. Anno de M.DCC.LXXXVII...* A outra edição é igual, excepto no colofon onde se lê: Lisboa, na Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1790. Além destas duas edições, parece ter havido outra, sem indicação do impressor, nem do ano da impressão, mas ainda não consegui encontrá-la. Foi Inocêncio, no *Diccionario bibliographico portuguez*, vol. VI, p. 284, n.º 154, Lisboa, 1862, quem attribuiu a Nicolau Luis este folheto de cordel. Há ainda dois folhetos de cordel, que se publicaram por vez primeira no século passado, a saber, em 1835-1836, «Santo Antonio livrando o pae do patibulo», por Antonio Xavier Ferreira de Azevedo, e em 1854, «Gabriel e Lusbel ou o Thaumaturgo Santo Antonio» por José Maria Brás Martins ou Brás da Silva. Ambos se reeditaram várias vezes.

(24) — JOÃO DE LEMOS, *Cancioneiro, segundo Volume, Religião e Pátria*, pp. 158-160, Lisboa, 1859.

AUGUSTO GIL, *Luar de Janeiro*, pp. 53-56, Lisboa, 1909.

AFONSO LOPES VIEIRA, *Pais Lilás, Desterro Azul*, pp. 65-68, Lisboa, 1922 e *Os Versos*, pp. 156-159, Lisboa, 1927.

ANTÓNIO CORREIA DE OLIVEIRA, *A Minha Terra, VIII, Auto de Junho*, Lisboa, 1916. A primeira edição é de 1904. As personagens deste Auto são Santo António, São Pedro e São João.

ANTÓNIO BOTTO, *Canças*, pp. 239-240, Lisboa, s.a., Edições Ática.

GUILHERME DE FÁRIA, em *Antologia de Poemas Religiosas*, pp. 171-172, Lisboa, 1947.

Desta poesia há uma raríssima edição avulsa, publicada em 1926 com o título *Oração a Santo António de Lisboa*.

ANTÓNIO SARDINHA, *Pequena Casa Lusitana*, pp. 53-54, Porto, 1937.

Além destas poesias sobre Santo António, há várias outras de poetas portugueses e é bastante difícil localizá-las.

(25) — MANUEL DE AZEVEDO, *Fasti antoniani Libris VI. comprehensi*, Veneza, Sebastião Coletti, 1786.

Id., *Idem, Editio secunda auctior et castigatior*, Veneza, Domingos Fracasso, 1789.

Id., *Fasti antoniani in hac tertia editione reliquias anteferenda Libris XII comprehensi*, Veneza, Sebastião Valle, 1793.

Estas três raras edições contêm artísticas gravuras. Manuel de Campos, *Relaçam do solenne recebimento que se fez em Lisboa ás santas reliquias q se leuáram á igreja de S. Roque*, fl. 174 f.-v, Lisboa, 1588, publicou três poesias latinas em

honra de Santo António, compostas provavelmente por autor português.

(26) — ALBERTO PIMENTEL, *O Livro das Lágrimas (Legendas da Vida de Santo Antonio de Lisboa)*, Lisboa, 1874.

AFONSO LOPES VIEIRA, *Santo António. Jornada do Centenário*, Lisboa, 1932.

AGUSTINA BESSA-LUIS, *Santo António*, Lisboa, 1973.

AQUILINO RIBEIRO, *Humildade Gloriosa*, Lisboa, 1954.

(27) — Esses 16 quadros quincentistas foram indicados e descritos por Luis Reis Santos, *Santo António na Pintura Portuguesa do Século XVI*, Lisboa, 1945. Sobre Santo António na Pintura e na Arte italiana ainda é obra clássica o estudo de C. Mandach, *Saint Antoine de Padoue et l'Art Italian*, Paris, 1899, e sobre o mesmo Santo na Arte Mundial vejam-se os livros de Frei Pedro Sinzig, *O Taumaturgo Santo António na História, na Lenda e na Arte*, Petrópolis, 1922, e do Padre Beda Kleinschmidt, *Antonius von Padua in Leben und Kunst, Kult und Volkstum*, Dusseldorf, 1931, ambos com a reprodução de muitos quadros de pintores célebres.

(28) — Sobre gravuras a representar Santo António veja-se Ernesto Soares, *História da Gravura Artística em Portugal*, vols. I e II, *passim*, Lisboa, 1940 e 1941; id., *Diccionario de Iconografia Portuguesa*, vol. III, pp. 276-280 e vol. V, pp. 315-317, Lisboa, 1950 e 1954; id., *Inventário da Coleção de Registos de Santos*, pp. 12-21 e 417-419, Lisboa, 1955.

AZULEJOS DE FACHADA EM LISBOA-VI

e) ELEMENTOS PARA UM ESTUDO CRONOLÓGICO

A utilização de azulejos no revestimento das fachadas lisboetas começou por volta de 1850 tendo sido temporariamente interrompida no princípio dos anos vinte para só vir a ser retomada no final da década de 40. Durante este período de 70 anos que decorreu entre 1850 e 1920 a cidade foi crescendo e novos bairros surgiram. A produção de padrões, estimulada pela procura, sucedeu-se ao sabor das modas, das preferências das clientelas e dos gostos dos artifices. Alguns dos padrões foram produzidos durante períodos relativamente curtos e outros durante anos ou mesmo décadas. Atribuir com precisão uma data, quer ao fabrico quer à colocação dos azulejos, torna-se, em muitos casos, impossível. As informações não abundam e o desfazamento entre a construção dos prédios e o seu revestimento é, com frequência, bastante grande.

Apesar destas dificuldades evidentes, existem alguns dados que permitem, por vezes com rigor, outras vezes de forma aproximada, classificar cronologicamente os padrões.

As cartelas de azulejos datadas são, sem dúvida, os achados mais interessantes. Em Lisboa são relativamente raras e, no decurso deste trabalho, apenas encontramos as seguintes:

— uma com a data de 1867 no prédio situado na Rua São João da Praça, n.º 108 (Fig. 71);

— duas com as datas de 1863 e 1870,

no prédio situado na Rua Senhora da Glória, n.º 16 (Fig. 72 a e b);

— uma com a data de 1873 no prédio situado na Rua da Verónica, n.º 72;

— uma com a data de 1883 no prédio situado na Calçada da Graça, n.º 6 (Fig. 73);

— uma com a data de 1907 no prédio situado na Rua Luciano Cordeiro, n.º 96 (Fig. 74).

Os prédios da Rua da Verónica e da Rua da Glória, cujas traseiras se continuam uma com outra, merecem alguns comentários. Ambos estão revestidos a toda a volta pelo mesmo padrão de azulejos. As cartelas estão colocadas nas traseiras dos dois prédios e na empena de um deles e as datas são, como ficou atrás assinalado, todas diferentes. Os dois prédios têm datas nas grades de ferro da porta principal que não coincidem com as datas das cartelas e que são anteriores a estas. Tal facto deve ser realçado uma vez que existem muitos prédios com azulejos nas fachadas, em cujas portas se encontram grades de ferro datadas. Porém, estes achados devem ser encarados com reservas quando se pretende utilizá-los para atribuir uma data aos azulejos. De facto, entre a construção do prédio, cujo acabamento fica assinalado pela data da porta, e a colocação dos azulejos, medeia por vezes um intervalo de vários anos. Um claro exemplo disto é o prédio da Rua São Sebastião da Pedreira, n.º 222, revestido com azulejos da Fábrica Viúva Lamego, cuja data na grade da porta (1839) é anterior à fundação da fábrica.

As datas esculpidas em cartelas de cantaria ou noutros componentes das fachadas constituem informações preciosas acerca da época de colocação dos azulejos nas fachadas. São aliás extremamente raras pois no decurso deste trabalho apenas encontrámos três: uma no prédio da Rua Pedro Nunes, n.º 7, com a data de 1912 (Fig. 75), outra no prédio da Calçada da Boa-Hora, n.º 222 com a data de 1888 (Fig. 76) e ainda outra no prédio da Rua Maria da Fonte, n.º 27, com a data de 1892.

Alguns azulejos da Fábrica de Faiança das Caldas apresentam uma data (1904 ou 1905) moldada no tardo. Trata-se de um facto raro que não encontrámos em exemplares de outras fábricas, mas que permite atribuir-lhes uma cronologia segura.

A data de colocação de alguns padrões pode ser avaliada de forma aproximada pelo conhecimento das épocas em que se verificou a expansão da cidade para certas zonas, a qual coincidiu com o fabrico de azulejos de fachada, estimulado pelos surtos de rápido desenvolvimento urbano. Foi o que se passou nos bairros da Estefânia, Camões, Campolide e Campo de Ourique, cuja construção se iniciou em 1878 e cujos prédios se cobriram de azulejos até ao princípio do século XX. Note-se, porém, que muitos dos exemplares então utilizados nestes

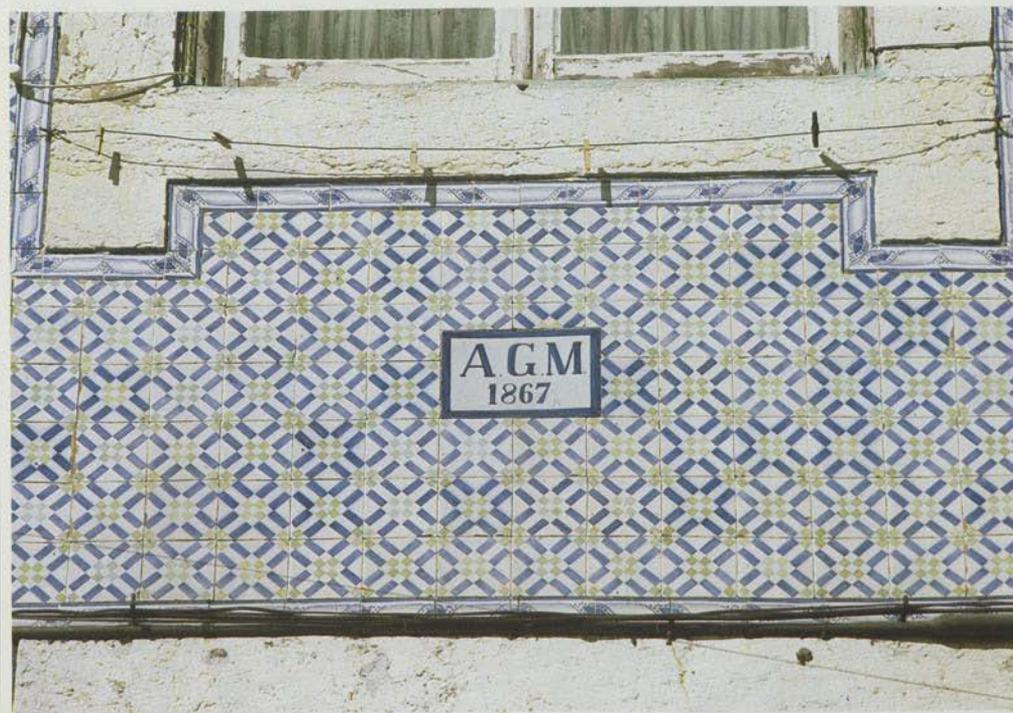
bairros foram, pela mesma altura, colocados nas fachadas de prédios de construção muito mais antiga, alguns dos quais da Baixa Pombalina.

As técnicas utilizadas no fabrico dos azulejos podem, eventualmente, contribuir para localizar no tempo certos padrões. Assim, os azulejos mais antigos apresentam com frequência um certo empenamento da chacota e irregularidades do vidrado. Estas imperfeições correspondem a uma fase bastante artesanal em que as fábricas dispunham de processos de fabrico antiquados. (Fig. 77, 78 e 79 a e b). À medida que se foi verificando a modernização das unidades fabris, o acabamento dos azulejos passou a ser mais perfeito. Ganhou-se em eficiência, mas, a pouco e pouco, desapareceram algumas características que davam aos azulejos mais antigos um encanto especial. Contudo, a evolução tecnológica das fábricas foi lenta e fez-se de modo irregular. Daí que na mesma época tenham coexistido técnicas de fabrico diferentes, o que torna difícil a aplicação sistemática deste critério na classificação cronológica dos exemplares.

O acabamento à mão, que se encontra em numerosos azulejos estampilhados, constitui um processo de fabrico moroso que exige mão-de-obra simultaneamente hábil e barata e é possível que

Fachada de azulejos
com cartela datada.
R. S. João da Praça, 108

Fig. 71



Cartelas datadas em dois prédios
do Bairro da Graça
revestidas com o mesmo padrão.
R. Senhora da Glória, 16
R. da Verônica, 72
Fig. 72 a, b e c



fosse frequente nos exemplares mais antigos e tivesse tendência a desaparecer com a modernização das fábricas (Fig. 80 a e b, 82 a e b, 83, 84 a e b e 85). Acontece, porém, que esta evolução entre nós foi lenta, por se ter mantido, até recentemente, um modelo de estrutura social compatível com uma baixa remuneração da mão-de-obra e, portanto, com o recurso predominante a técnicas artesanais. Embora se tenha vindo a tornar cada vez mais raro, é provável que o acabamento à mão tenha persistido nalguns exemplares fabricados na primeira e segunda décadas deste século, pelo que, embora constitua elemento a valorizar, não serve, por si só, como elemento de avaliação cronológica.

A presença de marcas das fábricas no reverso das chacotas, assunto que foi já objecto de análise detalhada, não apresenta qualquer utilidade para a atribuição de datas de fabrico aos azulejos. Nalgumas fábricas, como por exemplo Viúva Lamego, a marcação dos azulejos só começou em 1942, ou seja, muito depois do período coberto por este trabalho. Noutras fábricas, como Devezas e Desterro, as marcas mantiveram-se durante muitos anos sem modificações significativas. Na Fábrica de Sacavém as marcas, embora tivessem apresentado ligeiras modificações ao longo do tempo (as quais incidem na coroa colocada sobre a palavra SACAVÉM), aparecem nos azulejos de forma muito irregular, estando ausentes em muitos deles, e não permitindo por isso tirar conclusões seguras.

Todos os dados que acabámos de descrever, constituem elementos a ter em conta quando se pretende atribuir uma data aproximada aos azulejos de fachada. Porém, o seu valor relativo é muito variável e terá de ser avaliado caso a caso, em função do padrão concreto sujeito a análise.

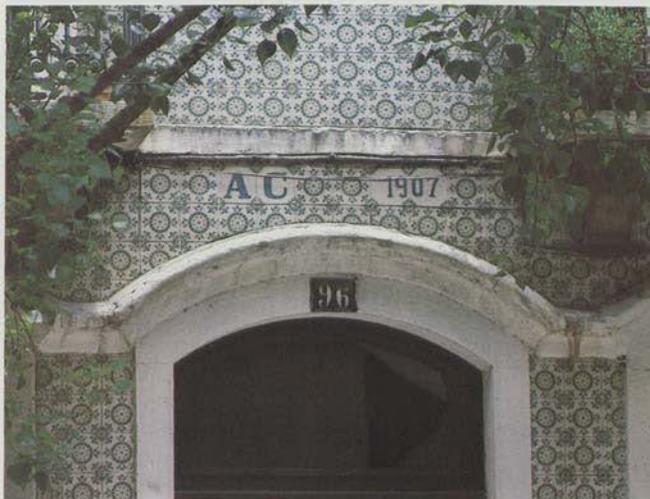
f) DISTRIBUIÇÃO NA ÁREA URBANA

A distribuição dos azulejos de fachada em Lisboa não se fez de uma maneira regular. As causas deste facto são diversas, mas nem sempre suficientemente claras. Vejamos algumas.

Quando o hábito de revestir fachadas com azulejos se estendeu a Lisboa, a cidade encontrava-se numa fase de crescimento relativamente lento. Grande parte dos edifícios então beneficiados com esta técnica de revestimento eram de construção mais antiga e espalhavam-se pela área urbana já construída. Escaparam apenas o Terreiro do Paço e o Rossio, que eram como que «ex-libris» da cidade e cujos edifícios não foram tocados por aquilo que era considerado, por alguns, uma prática de mau gosto,

Fachada de azulejos com cartela datada.
Calçada da Glória, 6
Fig. 73

Fachada de azulejos com cartela datada.
R. Luciano Cordeiro, 96
Fig. 74



Data em frontão de prédio (1912).
R. Pedro Nunes, 7



Data em balastrada de prédio (1888).
Calçada da Boa-Hora, 222
Fig. 76





Azulejos estampilhados em que são evidentes irregularidades do vidro.
R. Damasceno Monteiro, 90
Fig. 77

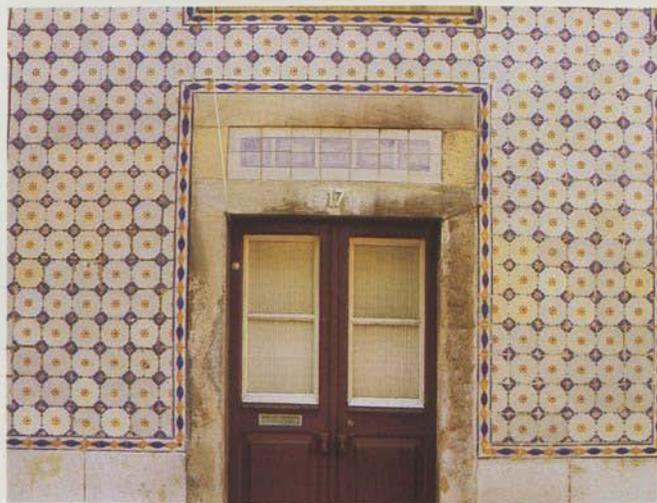


Azulejos estampilhados em que são evidentes irregularidades do vidro.
Travessa da Espera, 21
Fig. 78



Azulejos estampilhados. Notam-se perfeitamente vários tons e imperfeições do vidro.
R. Prof. Branco Rodrigues, 17

Fig. 79 a e b





Azulejos estampilhados
com acabamentos à mão.
Paço da Rainha, 92
Fig. Fig. 80 a e b



Azulejos estampilhados
com acabamentos à mão.
R. Presidente Arriaga, 88
Fig. 81 a e b





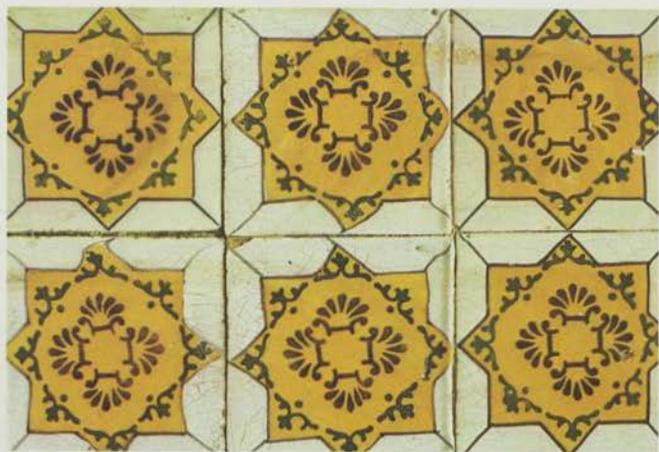
Azulejos estampilhados
com acabamentos à mão.
R. Marquês de Abrantes, 170
Fig. 82 a e b



Azulejos estampilhados
com acabamentos à mão.
R. Silva Carvalho, 175
Fig. 83



Azulejos estampilhados
com acabamentos à mão.
R. 24 de Julho, 56
Fig. 84 a e b



Azulejos estampilhados
com acabamentos à mão.
R. do Cabo, 42
Fig. 85

mais adequada a casas de «brasileiros» do que a vistosas construções citadinas.

A rápida expansão de Lisboa, que se verificou a partir de 1878, é contemporânea numa fase de grande produção de azulejos. Daí que os prédios dos novos bairros tenham utilizado profusamente este material no revestimento das suas fachadas.

No princípio dos anos 20, uma proibição camarária interrompeu durante cerca de três décadas a aplicação de azulejos nas fachadas.

Recentemente, as demolições e as beneficiações de prédios contribuíram para o desaparecimento de grande número de exemplares.

Estes factores e, possivelmente outros, tiveram influência decisiva na distribuição das fachadas revestidas com azulejos. Tentaremos numa forma muito esquemática esboçar a situação actual.

Na Baixa Pombalina, as fachadas de azulejos distribuíram-se de forma irregular numa zona limitada ao Sul pelo Terreiro do Paço e ao Norte pelo Rossio, na qual é englobada a Praça da Figueira. Ultrapassado o Rossio, os azulejos reaparecem nas fachadas de alguns prédios do lado nascente da Praça dos Restauradores e no quarteirão da Avenida da Liberdade que se situa entre o Largo da Anunciada e a Rua das Pretas. Para além destes apenas se encontram, nesta Avenida, mais quatro prédios revestidos com azulejos, dois do lado nascente e dois do lado poente.

Nas zonas que se estendem para um e outro lado do eixo formado pela Baixa Pombalina, a Avenida da Liberdade e a Praça Marquês de Pombal, e se exceptuarmos as artérias que cruzam a parte norte deste eixo, os azulejos de fachada são extremamente abundantes. É o que acontece nos bairros da Sé, Castelo, Pena, Arroios e Camões para nascente; Chiado, Bica, Bairro Alto e São Mamede para poente.

Cada uma destas manchas da azulejaria de fachada vai continuar-se com outras. Para norte e para nascente, Estefânia, Anjos, S. Vicente, Santa Engrácia, Graça e Penha de França.

Para norte e poente, Santos-o-Velho, Lapa, Santa Isabel, Campo de Ourique, Campolide, Prazeres, Alcântara, Belém e Ajuda. Estas são as zonas mais ricas em azulejaria de fachada, nas quais é possível encontrar uma enorme variedade de padrões. Continuam-se para o norte com outra área que apresenta características bem diferentes: as Avenidas Novas. Ai os exemplares correspondem a um fabrico mais tardio, contemporâneo da construção deste bairro, ou seja, as duas primeiras décadas do século XX.

Todo este conjunto de bairros constitui uma mancha contínua em que os azulejos de fachada estão sempre presen-

tes, embora com importância variável: muito abundantes por exemplo em Arroios, Anjos, Lapa, Campo de Ourique e Belém, são muito mais raros nas Avenidas Novas e em Alfama.

Além desta extensa zona de azulejaria de fachada que engloba a maior parte dos antigos bairros da cidade, existem, à periferia, mais três pequenas manchas em que os azulejos de fachada, embora pouco abundantes, se concentram em áreas muito limitadas. São elas: Paço do Lumiar, Rua do Lumiar e Beato.

Para fora destes limites, os azulejos de fachada encontram-se ou em edifícios isolados ou em grupos de dois, três ou quatro, quase todos eles para norte da linha formada pela Av. João XXI e a Av. de Berna, numa extensa área que inclui o Campo Grande, Palhavã, Sete Rios, Benfica, Alameda das Linhas de Torres, Luz, Carnide e Ameixoeira.

Em certas zonas urbanas os azulejos de fachada estão completamente ausentes. Além do Terreiro do Paço, Rossio, Praça Marquês de Pombal e artérias circunvizinhas, a que já foi feita referência, citam-se ainda: Bairro Social do Arco do Cego, Areeiro, Alvalade, Bairro Azul, Madre de Deus, Encarnação, Olivais, Chelas e Restelo.

IV – COMENTÁRIOS FINAIS

A partir da segunda metade do século XIX, depois de ultrapassada uma das mais graves crises que abalou a nossa economia, a azulejaria de fachada passou a ser a manifestação mais marcante, original e autêntica do azulejo português. Para além dela as outras formas de expressão assumidas pela azulejaria, nem sempre conseguiram revelar as características que a tinham notabilizado no passado: a monumentalidade, a adaptação à arquitectura, a capacidade de evoluir e o sentido da modernidade.

Algumas tentativas de renovação feitas já no início do século XX, ou foram pouco felizes ou constituíram iniciativas isoladas que não tiveram continuidade.

Rafael Bordalo Pinheiro desenvolveu na sua fábrica das Caldas uma notável actividade que no campo da azulejaria se concretizou na introdução de algumas inovações de excelente qualidade. Reproduziu, com novas técnicas, motivos de inspiração hispano-árabe, ao mesmo tempo que criava alguns exemplares em que é clara a influência Arte Nova. Mas com a sua morte em 1905, e apesar do seu filho Gustavo ter assegurado a continuidade da fábrica, grande parte deste esforço renovar-se perdeu.

Jorge Colaço, autor de uma obra bastante vasta, recorreu a técnicas sem grande valor cerâmico, tentando adaptar os processos da pintura a óleo aos azulejos. Cultivou um estilo saudosista de

gosto duvidoso com recurso a motivos históricos e a cenas da vida rural portuguesa.

O primeiro quartel deste século foi largamente marcado pela influência da Arte Nova que atingiu na azulejaria uma dimensão que entre nós não teve paralelo noutros ramos das artes plásticas. Além dos painéis da autoria de vários pintores, merecem referência especial, pelo seu número, as barras, os dinteis e os frontões revestidos a azulejos em edifícios cuja construção data do princípio do século.

Ultrapassado este período, parece instalar-se na média e alta burguesia o gosto pelas cópias de azulejos antigos. Esta tendência, estimulada pela obra de alguns pintores revivalistas que tinham recorrido com frequência a elementos de inspiração manuelina ou joanina, acentuou-se com o advento do Estado Novo e do espírito tradicionalista que o informava. As fábricas de cerâmica preocuparam-se em dar resposta a este tipo de procura e passaram a reproduzir painéis barrocos e neoclássicos destinados a decorar habitações de novos ricos.

A azulejaria portuguesa parecia, entretanto, alheada das correntes estéticas contemporâneas. Ao mesmo tempo, o novo estilo da arquitectura e o recurso aos modernos materiais de construção, limitavam-lhe o campo de aplicação. É só no terceiro quartel deste século que artistas plásticos como Jorge Barradas, Maria Keil e Manuel Cargaleiro, procuraram recuperar o azulejo e restituí-lo o lugar que durante muito tempo ocupara nas artes decorativas portuguesas. Pela mão de artistas saídos das Escolas de Belas-Artes, o azulejo português, que no seu período áureo tinha sido uma arte essencialmente popular e colectiva, pareceu reencontrar-se, passou a servir de base a obras de excelente qualidade e entrou nas galerias e nos circuitos comerciais de arte moderna.

Mais recentemente as fábricas de cerâmica recommeceram a fabricar grandes quantidades de azulejos para as fachadas, facto que se acentuou com o surto de construção das casas de emigrantes. Os azulejos produzidos reflectem as qualidades e os defeitos da produção industrial e das novas técnicas de fabrico e são de baixa qualidade do ponto de vista decorativo. Além disso, integram-se mal na arquitectura, assumindo, quase sempre, um papel essencialmente utilitário.

É difícil prever o que virá a ser o futuro do azulejo português. Mas seja ele qual for, não poderá ignorar as experiências acumuladas ao longo de um passado histórico no qual a azulejaria de fachada inscreveu, durante algumas décadas, uma forte presença.

Isolar, através da fotografia, azulejos de fachada que habitualmente se encon-

tram diluídos na paisagem urbana, permite redescobrir toda a riqueza deste material decorativo e lançar um olhar diferente para aspectos da realidade que nos cerca no dia-a-dia. Com este trabalho não se pretendeu apenas inventariar ou coleccionar padrões, mas, sobretudo, reencontrar os elos de uma cadeia que do passado nos transporte ao futuro. Nestes elos será possível descobrir aquilo que realmente persiste e que, devidamente trabalhado, poderá alimentar novas formas de criação artística. Mais do que preservar e defender um património, trata-se de criar condições para que um novo património venha a nascer.

GLOSSÁRIO

Alicatado – Técnica que consiste em formar figuras geométricas, juntando fragmentos de mosaico de várias cores, talhados em placas coloridas.

Alizar – Revestimento parietal que ocupa a parte inferior duma parede e cuja altura pode variar entre um e dois metros.

Aresta – Técnica usada nos finais do séc. XV e princípios do séc. XVI que consistia em separar as várias cores do azulejo por intermédio de arestas salientes moldadas no próprio barro.

Azulejo aerografado – Azulejo em que as tintas são aplicadas à pistola sobre o vidrado opaco. Esta técnica é também chamada decoração ao 3.º fogo.

Azulejo estampado – Azulejo em que as tintas são aplicadas por meio duma estampa ou decalcomania sob o vidrado transparente. Esta técnica tem também o nome de impressão a *talhe doce*.

Azulejo estampilhado – Azulejo em que as tintas são aplicadas sobre o vidrado opaco utilizando uma estampilha.

Azulejos enxaquetados – Composição de azulejos em xadrez simples ou assumindo uma estrutura mais complexa com a introdução de elementos rectangulares mais estreitos e de cor diferente.

Azulejo de meio-relevo – Azulejo em que o desenho é moldado no barro por um ligeiro relevo.

Azulejo mudejar – Nome dado habitualmente aos azulejos de corda-seca e de aresta. São também chamados azulejos hispano-árabes ou hispano-mouriscos.

Barra – Guarnição de azulejos formada por duas fiadas de azulejos inteiros.

Biscoito – Placa de barro cozido sobre a qual é aplicado o vidrado.

Cercadura – Guarnição formada por uma única fiada de azulejos.

Chacota – Ver **Biscoito**.

Corda seca – Técnica usada nos finais do séc. XV e princípios do séc. XVI que consistia em separar as várias cores do

azulejo por intermédio de sulcos preenchidos com óleo de linhaça e manganês.

Cuenca – Ver **Aresta**.

Decoração ao grande fogo – Decoração a altas temperaturas (superiores a 800° C) utilizada na pintura sob o vidrado transparente e na pintura sobre o vidrado opaco em cru.

Decoração ao fogo de mulla – Decoração a temperatura moderada, utilizada principalmente na decoração com vidrados coloridos e na pintura sobre o biscoito.

Elemento – Azulejo considerado individualmente.

Estampilha – Papel oleado no qual estão recortados os desenhos com que se pretende decorar o azulejo.

Figura avulsa – Azulejos geralmente monocromáticos em que cada um representa um motivo diferente dos restantes (flores, animais, barcos, etc.).

Friso – Guarnição formada por uma fiada de fracções rectangulares obtidas pelo corte dum azulejo em duas, três ou quatro tiras.

Impressão a talhe doce – Ver **azulejo estampado**.

Majólica – Técnica introduzida na Península Ibérica por Francisco Nicoloso, no séc. XVI, e que consiste em pintar a superfície lisa do azulejo.

Também se pode atribuir este nome aos azulejos decorados com vidrados coloridos.

Padrão – Composição ornamental cuja repetição regular dá origem aos tapetes. O módulo de repetição é em geral quadrado e pode ser formado por 4, 16, 36 ou mais azulejos.

Painéis historiados – Painéis de azulejo nos quais estão representadas cenas religiosas ou profanas.

Pó de pedra – Argila sem ferro, misturada com quartzo moído.

Tapete – Revestimento parietal de azulejos ocupando toda a extensão duma parede ou parte desta, formado pela repetição regular de padrões policromos.

Tardoz – Face não vidrada do azulejo.



DISTRIBUIÇÃO DOS AZULEJOS DE FACHADA NA CIDADE DE LISBOA

Assinaladas a cor encontram-se as seguintes áreas:
 uma que se estende sem interrupção de Santa Engrácia a Belém e para o norte até Campolide e Avenidas Novas;
 três outras mais pequenas que correspondem ao Paço do Lumiar, à Rua do Lumiar e ao Beato.

Fora destas áreas os edifícios com azulejos nas fachadas estão assinalados com pontos isolados.

Não foram considerados neste mapa as fachadas revestidas com azulejos rectangulares, com painéis encimados ou com azulejos anteriores ao século XIX (Ver «Nota Prévia» — Revista Municipal «Lisboa», n.º 3, 1983)

PEDRAS DE ARMAS EM LISBOA

EVOcando
CATARINA DE BRAGANÇA
E ESTEFÂNIA DE HOHENZOLLERN

Será este artigo o primeiro da série que tenciono, se Deus me der vida e saúde, ter o gosto e a honra de oferecer à revista municipal *Lisboa*, correspondendo, aliás, ao honroso convite formulado, em penhorantes termos, pelo Exm.^o Presidente da Câmara, senhor Eng.^o Nuno Abecasis, nas suas «palavras prévias» do n.^o 3 (1.^o trimestre de 1983) da 2.^a série desta revista.

Pretendo estudar e comentar pedras de armas de Lisboa, especialmente as omissas, ou insuficientemente tratadas, nas obras, que conheço sobre o assunto (1).

Pedras de armas cujas potencialidades evocativas as tornem mais dignas de apresentação ao Leitor interessado no conhecimento do património e história lisboetas, ao Leitor da revista municipal *Lisboa*.

Sendo assim, escolhi, para começar, três pedras de armas, duas do século XVII, a outra já do séc. XIX, todas referentes a esposas de soberanos, uma infanta portuguesa que foi rainha da Grã-Bretanha, uma princesa alemã que foi rainha de Portugal.

A mais antiga chamou-se Catarina e vulgar, ainda que incorrectamente, se lhe dá o apelido de Bragança (2). Viveu em época de duas restaurações, a da independência portuguesa e a da monarquia inglesa.

Da mais moderna, Estefânia de Hohenzollern eram seus nome e apelido. Viveu a sua breve vida nos começos da consolidação do Cartismo entre nós, presidindo ao lado de seu marido, El-Rei D. Pedro V, às instituições portuguesas pouco mais de um ano.



A Senhora D. Catarina nasceu em Vila Viçosa a 25 de Novembro de 1638, sendo filha de D. João, 8.^o duque de Bragança, e de sua mulher D. Luísa Francisca de Gusmão.

Descendia pela parte paterna, por varonia, mas por linha ilegítima, de El-Rei D. João I, por linhas femininas, mas legítimas, do mesmo D. João I, de D. Duarte I, de D. Manuel I.

Por sua mãe — filha dos duques de Medina-Sidónia — descendia de várias famílias da alta nobreza espanhola, tendo também antepassados portugueses.

Receberá o nome de Catarina de sua bisavó (avó paterna de seu pai), a senhora D. Catarina, duquesa de Bragança pelo casamento, filha do infante D. Duarte e neta de El-Rei D. Manuel I, pretendente ao trono português em 1580.

Pretensões essas que pela revolução nacional de 1 de Dezembro de 1640, como bem sabido, vingariam na pessoa do neto da duquesa.

Contando pois ela dois anos de idade, seu pai é aclamado rei sob o nome de D.

Catharina Principissa Portugalliae



Esta gravura, segundo Ernesto Soares, pertence ao «grupo de retratos com fisionomia, penteado e idade semelhantes ao retrato de Stoop cujo original se encontra na *National Portrait Gallery* de Londres, no qual se podem ver as mais antigas manifestações icônicas». Está reproduzido no estudo desse investigador *D. Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra, Elementos Iconográficos*, onde se diz ser conhecido apenas um exemplar.

João IV, passando D. Catarina automaticamente a infanta de Portugal.

Contrato assinado a 23 de Junho de 1661 determina o casamento da infanta D. Catarina com Carlos II, rei da Grã-Bretanha. Este, soberano de direito desde 1649, só em 1660 regressara do exílio, após a liquidação da ditadura militar dos Cromwell e consequente sensata restauração da multissecular monarquia inglesa.

Casamento ligado a uma política de renovação da aliança inglesa, muito necessária no momento em que a França — que encorajara a revolução de 1640 — abandonava o nosso País na sua luta com a Espanha, celebrando com esta a chamada paz dos Pirinéus.

A 31 de Maio de 1662 realizou-se o casamento, em pessoa, já em Inglaterra, em Portsmouth. Não sendo necessário para o estudo das pedras de armas de D. Catarina referir as circunstâncias da sua vida, em Inglaterra, limitar-me-ia a lembrar que falecido Carlos II em 1685, sua viúva (que do casamento não tivera descendência) naquele país permaneceu.

Assistiu ao curto reinado do cunhado, o católico Jaime II, à revolução constitucionalista e protestante (1688) que o destronou, e ao início do governo conjunto de seus sobrinhos por afinidade Maria II e Guilherme III.

A 20 de Março de 1692 deixou, porém, a Inglaterra com destino a Portugal, chegando a Lisboa a 20 de Janeiro de 1693.

Em Lisboa veio a falecer a 31 de Dezembro de 1705 (ou 1 de Janeiro de 1706).

Dos seus actos nos anos que viveu de novo na Pátria, alguns importantes — chegou a exercer a regência mais de uma vez, em impedimentos de seu irmão D. Pedro II — interessa ao meu intento, neste artigo, referir apenas um.

É a fundação, em 1705 (?), sob os auspícios de D. Catarina, do Colégio e Noviciado de Nossa Senhora da Nazaré, para os padres lazaristas, em Arroios, destinado às Missões da Índia (?); o facto de ter sido casada com o chefe da Igreja Anglicana não a fizera esquecer a divulgação da Fé Católica...

Regressada à Pátria a infanta de Portugal, e rainha da Grã-Bretanha, teve de pensar no seu alojamento, o qual teria de ser — segundo as ideias da época — condigno da sua régia qualidade.

Assim, após ter habitado as casas de alguns membros da alta nobreza, acabou por mandar construir palácio para si, que



O cortejo do embarque de D. Catarina desfilando no Terreiro do Paço em 20 de Abril de 1662

Gravura de Dirk Stoop representando o embarque de D. Catarina para Inglaterra

fez erigir no então campestre sítio da Bemposta.

Já se encontrava concluído em 1704 tal paço, chamado justicadamente «da Rainha da Grã-Bretanha» ou, simplesmente, «da Rainha». Nesse ano, aí foi hóspede de D. Catarina o arquiduque Carlos de Áustria (*), pretendente ao trono espanhol.

A pedra de armas (*) que elegantemente se insere no frontão curvo e interrompido que encima a nobre entrada principal do dito paço, hoje sede da Academia Militar (antiga Escola do Exército, depois de Guerra, depois Militar), é uma lisonja — assente numa ornada cartela, tipicamente seiscentista — heraldicamente partida, sendo o 1, as armas da Grã-Bretanha, sob a dinastia Stuart, e o 2, as do reino de Portugal (?).

Dois animais, um leão e um unicórnio, deitados, costas com costas, e de costas para a lisonja, para a qual, porém, olham, acompanham, de cada lado, a pedra de armas.

São os suportes tradicionais — mas, aqui, simplificados e... não suportando nada — das armas da Grã-Bretanha, desde que se pode falar de Grã-Bretanha, ou seja, desde Jaime I (1603-1625), avô de Carlos II.

Coroa real certamente encimou a cartela descrita; vandalismo mesquinha e republicano deve tê-la feito desaparecer.

Com esta pedra de armas apresenta flagrante semelhança a portada do 11.^o volume dos *Sermões* do P.^o António Vieira, edição de 1696 (*) dedicada a D. Catarina.

Efectivamente, também aí vemos uma lisonja assente em ornada cartela, caracteristicamente seiscentista, acompanhada de dois animais em atitude idêntica aos da pedra de armas.

Na portada, porém, ambos os animais são leões, e cada um segura um medallão circular, respectivamente, ostentando um «C» e um «R» iniciais de *Catharina Regina*.

A cartela, na portada, é encimada por coroa real fechada e — o que não parece ter sido representado na pedra de armas — a lisonja é envolvida pela *cordelière* desatada, usada nos braços das viúvas, na heráldica francesa, e nas por ela influenciadas, nos séculos XVI e XVII (*).

A propósito, lembro que a lisonja é tipo de escudo de uso predominantemente feminino desde o século XV.

O facto de a coroa real não ser a inconfundível coroa britânica, e de se ter

rem representado dois leões em vez de um leão e de um unicórnio, parece dever levar a crer que o autor do desenho, publicado nos *Sermões* não era britânico. Presunção que apresento sem perder de vista o facto de as armas da Grã-Bretanha estarem certas.

Quanto à pedra de armas do Paço da Rainha, a falta de coroa não permite emitir opinião; todavia, embora simplificados, os dois animais são os que deviam ser...

Que o autor do desenho para a pedra de armas tenha tido presente o desenho publicado nos *Sermões*, ou vice-versa, é muito possível, sendo, porém, necessário saber qual destas fontes é mais antiga; ambas remontarem ao período 1693-1705, isso não sofre dúvida.

Já da outra pedra de armas de D. Catarina, existente em Lisboa, posso afirmar que o autor do desenho era certamente britânico, ou se o não era, dispunha de elementos exactos, tendo perfeitamente assimilado os estilos e usos da arte heráldica britânica.

Refiro-me à imponente mas pouco referida (¹⁰) pedra de armas que encima a sôbria, mas bela porta do que foi a já citada ermida do Colégio e Noviciado de Nossa Senhora da Nazaré, em Arroios, hoje Hospital de Arroios.

Em esplêndida cartela seiscentista assenta um escudo elíptico, partido de Grã-Bretanha, sob a dinastia Stuart, e Portugal, cartela encimada pela coroa real inglesa, fechada, com os típicos flôres, cruzes páteas e flores-de-lis (¹¹).

Seguram a cartela um leão coroado com igual coroa, e um unicórnio, regularmente coleirado — como dizem os heraldistas ingleses —, ou seja, com uma coleira em forma de coroa real aberta.

Embora assunto muito estudado e divulgado, entendo dever aqui deixar registados alguns pontos de referência sobre as origens e evolução das armas da Grã-Bretanha.

As armas de Inglaterra, propriamente dita — de vermelho, três leopardos passantes de ouro — aparecem pela primeira vez em 1198, no selo do rei Ricardo I dito Coração de Leão (1189-1199).

A escolha das cores — conhecidas por fontes pouco posteriores — deve ter sido ditada por critério de visibilidade; o número das figuras talvez por motivo simbólico.

Deve acrescentar-se, porém, que já desde vários decênios antes de Ricardo I, de certeza se sabe, ou fortemente se presume, que diversos membros da

O volume décimo primeiro dos *Sermões* do Padre António Vieira foi dedicado a D. Catarina...

SERMÔENS

DO

P. ANTONIO VIEYRA,

da Companhia de

J E S U,

Prêgador de Sua Magestade.

UNDECIMA PARTE,

OFFERECIDA

à Serenissima Rainha da

GRÃ BRETANHA.



LISBOA,

N.ª Officina de MIGUEL DESLANDES,

Impressor de Sua Magestade.

M. DC. LXXXVI.

Com todas as licenças necessarias, & Privilegio Real



... Por isso antecedendo o rosto da obra encontra-se uma gravura representando as suas armas

Reprodução duma litografia de Janet-Lange. Inferiormente as armas da Grã-Bretanha (numa modalidade simplificada das da dinastia Stuart) e Portugal, em dois escudos de tipo francês moderno encimado por coroa real fechada, composição certamente oitocentista. (F.S.A.A.)

sua família fizeram uso emblemático do leão ou leopardo (em arte heráldica, figuras muito pouco diferentes).

A partir da primeira metade do século XIV as armas de Inglaterra são esquarte-ladas com as de França (primeiro com a sua modalidade antiga: de azul, semeada de flores-de-lis de ouro; menos de cem anos depois com a moderna: apenas três flores-de-lis) devido às pretensões do soberano inglês ao trono de França, para conseguir, o qual iniciou a guerra chamada «dos cem anos».

Lembrarei que as armas francesas — cujo simbolismo tem sido muito estudado — podem interpretar-se como sendo em fundo de sugestão cósmica, pontas de ceptro em número indeterminado, depois apenas três aludindo à «afeição da Santíssima Trindade pelo país da França».

Quando Jaime VI Stuart, rei da Escócia, herda em 1603 o trono inglês de sua parente afastada Isabel I, tornando-se Jaime I, rei da Grã-Bretanha, o esquarte-lado França-Inglaterra é combinado com as armas da Escócia: de ouro, leão rompante, de vermelho, dupla orla flordelizada e contraflordelizada do mesmo.

As armas da Escócia, tal como as de Inglaterra, documentam a frequente preferência, na Nobreza feudal, dos reis aos simples cavaleiros, pelo leão, símbolo de coragem e magnanimidade. Aparecem, pela primeira vez — só o leão — no selo do rei Alexandre II (1214-1249); com Alexandre III (1249-1286) aparecerá a primeira forma de dupla orla descrita, a qual talvez se possa interpretar como um símbolo de realeza. (13).

As bem conhecidas tendências imperiais de Jaime I levaram-no a incluir no seu brasão, como primeiro soberano da Grã-Bretanha, as armas atribuídas ao reino da Irlanda: de azul, harpa de ouro, as cordas de prata.

Estas armas foram oficialmente usadas desde Henrique VIII (1509-1547), o primeiro monarca inglês a intitular-se rei da Irlanda, que, porém, as não incluiu no brasão régio (14).

A harpa já aparece atribuída à Irlanda em armoriais ducentistas e lembrará o instrumento musical dos antigos bardos celtas.

Assim se constitui o brasão de armas que Jaime I usará, tal como seu filho Carlos I e seu neto Carlos II, e que por via do casamento com este último, figuram na primeira metade do de D. Catarina, patente nas suas pedras de armas, neste artigo estudadas.



Publié par J. Ferruys, Libraire, à Paris.

Rue des Fossés St Germain l'Assommoir N° 22

Designé et gravé par Janet-Lange

Imp. chez Delaunay & Co. E. Courcier, 27, rue de la Harpe



CATHERINE DE PORTUGAL,

FEMME DE CHARLES II, ROI D'ANGLETERRE.

subordinação do animal fabuloso à vontade régia... (18)



A princesa Estefânia-Frederica-Guilhermina-Antónia (19) de Hohenzollern nasceu em Sigmaringen, a 15 de Julho de 1837, filha de Carlos António, príncipe de Hohenzollern, burgrave de Nuremberga, conde de Sigmaringen, etc., e de sua mulher Josefina-Frederica-Luísia de Baden.

Descendia pela parte paterna do ramo «provavelmente mais velho» (20), católico, da antiga e bem conhecida estirpe germânica de Zollern, posteriormente chamada de Hohenzollern.

Lembrarei que o progenitor deste ramo é Frederico IV (1205-51), conde de Zollern e burgrave de Nuremberga; seus descendentes serão investidos nos condados de Sigmaringen e Verigen, em 1534, e elevados a príncipes do Santo Império Romano em 1623; herdarão o condado de Berg em 1787 (21).

Carlos António, porém, 1849, abdicará a soberania do seu pequeno principado (mantendo títulos e honras) a favor dum parente muito afastado, o chefe do ramo mais novo, real, protestante, dos Hohenzollern, o rei da Prússia (22), recebendo, em troca, situações de relevo, sociais, políticas e militares, na monarquia prussiana (23).

Recebera o nome de Estefânia — que como adiante lembrarei, e é bem sabido, tem presença na toponímia olisiponense — de sua avó materna Estefânia-Luísia-Adriana-Napoleoa, nascida viscondessa de Beauharnais, filha adoptiva de Napoleão I (24), pelo casamento grã-duquesa de Baden (25).

O uso em França do nome de Estefânia — *Stephanie* — derivado da forma germânica de Estêvão (não da sua forma francesa) é — creio eu — enquadrável na aproximação na segunda metade do século XVIII, entre as monarquias de Luís XV e de Maria Teresa, o histórico *renversement des alliances*; recorde-se que a catedral de Viena de Áustria é precisamente de São Estêvão, é a *Stephanskirche*.

Casou Estefânia de Hohenzollern, em pessoa, a 18 de Maio de 1858, com D. Pedro V, rei de Portugal havia cinco anos. Faleceu apenas com vinte e dois anos a 17 de Julho de 1859.

A beleza, bondade e prematuro desaparecimento desta rainha concorreram para que a sua figura não tenha caído no esquecimento, muito pelo contrário.

Aspecto do antigo Paço da Rainha, actualmente sede da Academia Militar. D. Catarina, depois de ter regressado a Portugal, após a morte de seu marido, o rei Carlos II de Inglaterra, habitou em diversos locais, até que resolveu mandar edificar uma residência para si, a qual se ergueu no Campo da Bemposta.

Alí existia uma quinta que pertencera ao Contador-Mor Luis Pereira de Barros. Na escritura da sua venda a D. Catarina refere-se existir nessa quinta um tesouro enterrado. Camilo Castelo Branco aproveitou este pormenor na sua obra de ficção histórica

Outro aspecto da fachada do Paço da Rainha. Segundo descrição recente da autoria do Eng.º Manuel Maia Athayde é «uma longa fachada de dois andares divididos por cornija simples, em que apenas sobressaem as janelas do andar nobre, de sacada pouco saliente, com balustres forjados e cornija recta e também nos dois portais, em cujas sobreportas avulta a lisonja da Rainha, com as armas geminadas de Portugal e da Inglaterra. (Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa, vol. V, tomo II, pág. 143)





Efectivamente, cumprindo um desejo de sua esposa, D. Pedro V fundou em Lisboa um hospital para crianças ainda hoje felizmente existente, e que, justificadamente, tem o nome da jovem rainha.

Nome esse que — como acima aludido — se encontra na toponímia desta cidade, em dois conspícuos arruamentos da freguesia de São Jorge de Arroios, nas imediações do hospital, uma larga e movimentada rua, um aprazível largo.

A fachada principal, caracteristicamente oitocentista, do dito hospital, inaugurado só em 1877, é encimada por uma grande pedra de armas ⁽²⁴⁾, um escudo de tipo francês moderno, partido, 1, reino de Portugal, 2, apenas as bem conhecidas armas dos antigos condes de Hohenzollern, já registadas em armoriais do século XIII ⁽²⁵⁾, o simples e inconfundível esquartelado de prata e negro plenos; o escudo assenta num manto rematado pela coroa real fechada.

Dada a circunstância que das complicadas armas familiares de D. Estefânia

apenas figurar na pedra do hospital o «quartel» de Hohenzollern, à origem — e provável significado — deste aqui devo fazer referência.

O esquartelado de branco e preto (ou mais correctamente de prata e negro), cores por vezes trocadas ⁽²⁶⁾, aparece pela primeira vez em 1248 no selo do conde Frederico, ou de seu filho ⁽²⁷⁾.

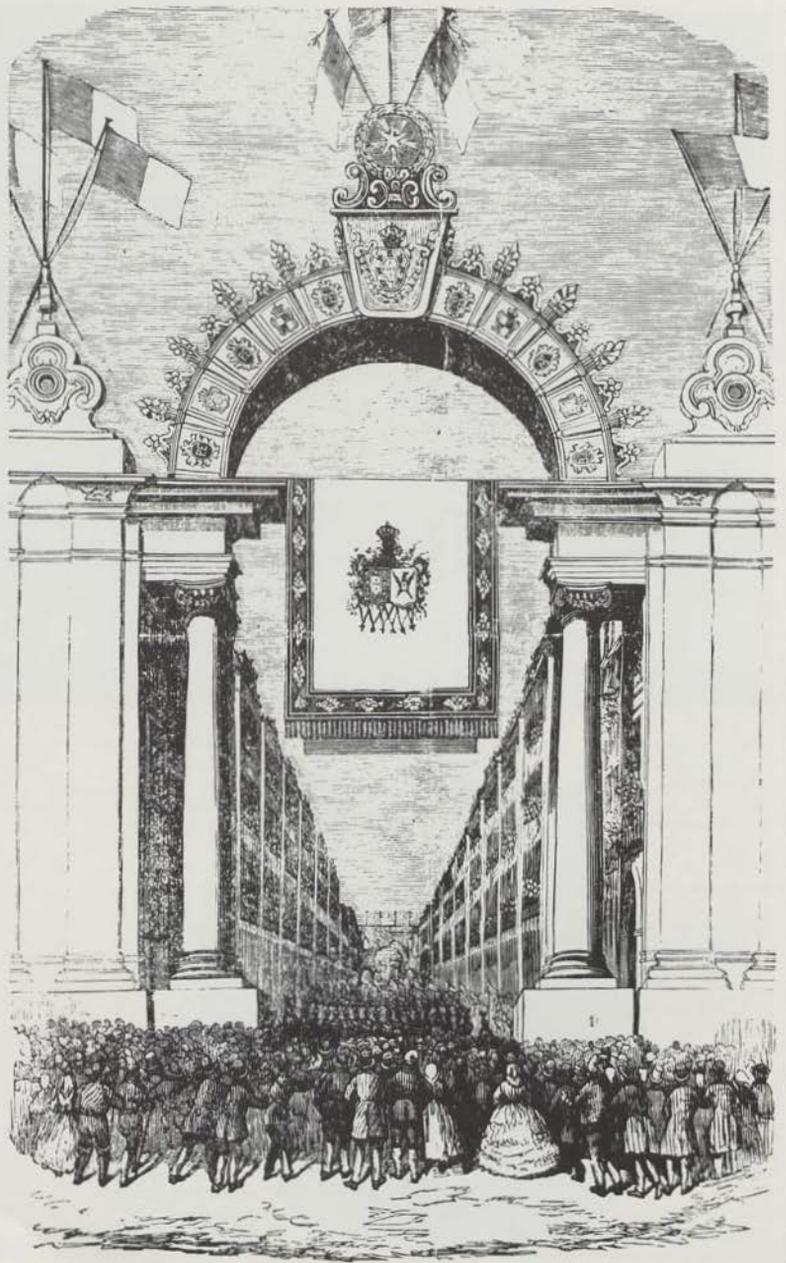
Explica-o o critério de fácil visibilidade, predominante, na escolha dos emblemas da cavalaria feudal, dada a necessidade de rápida identificação na batalha ⁽²⁸⁾. Sobre qual tenha sido o motivo da escolha do preto e branco nada se pode afirmar, embora muito se tenha especulado ⁽²⁹⁾.

A pedra de armas em estudo é diferente do que se vê num motivo decorativo, existente no Palácio das Necessidades, um baixo-relevo numa sobreporta do que foi a sala de estar de D. Estefânia ⁽³⁰⁾.

Tal baixo-relevo consiste numa figura nimbada e de veste talar (talvez São Pedro) segurando dois escudos, inclinados

D. Pedro V
— Gravura de Coelho sobre um desenho
de Nogueira da Silva
publicada no «Arquivo Pitoresco»
de 1858





Reprodução da ilustração publicada no «Arquivo Pitoresco» de 1858, desenho de Nogueira da Silva e gravura de Flora, representando uma vista da Rua do Ouro, quando do casamento de D. Pedro e D. Estefânia.

Nota-se um arco ornamental no qual se representou um curioso friso emblemático com medalhões ostentando as iniciais PE (Pedro e Estefânia), as armas reais portuguesas e as armas de Hohenzollern.

No vão do arco um pendão com dois escudos justapostos, encimados por elmo, encimado por sua vez por coroa real fechada e acompanhados por seis insígnias de condecorações; as armas são as reais portuguesas e — talvez — uma forma, simplificada, das do reino da Prússia, quero crer que em alusão, mais ou menos rigorosa, à integração do pai de D. Estefânia na monarquia prussiana (F.S.A.A.)

Recepção da Rainha D. Estefânia no pavilhão real.
Cerimónia de apresentação das chaves da cidade pela Câmara Municipal de Lisboa



um para o outro, o do reino de Portugal, à esquerda do observador e o de Hohenzollern, à direita.

Disposição semelhante à deste baixo-relevo tem-na os escudos do selo da infanta D. Maria Antónia, duplamente cunhada de D. Estefânia, pois irmã de D. Pedro V casou com Leopoldo, príncipe de Hohenzollern, irmão da jovem rainha. Apresenta também dois escudos inclinados um para o outro, em ordem inversa, ou seja, Hohenzollern e Portugal, por aqui se tratar de varão de Hohenzollern, casado com senhora de Portugal (21).

A pedra de armas do hospital inspirou certamente o emblema — largamente usado — duma antiga e bem conhecida agremiação recreativa lisboeta, cuja sede fica perto, o Clube Estefânia (22), fundada em 1890; é um escudo partido de Portugal e Hohenzollern (com os quartéis trocados) timbrado pelas letras CE, assente, aliás, numa águia, figura cujo significado não posso indicar, de momento, qual seja.

De outra modalidade das armas de D. Estefânia dá testemunho a medalha comemorativa do seu casamento. Apresenta, no anverso, os perfis sobrepostos dos noivos, e no reverso a figura do rei português, de pé, junto do seu trono, oferecendo a coroa real a Estefânia, de pé numa galeota, da qual o mítico Hime-neu, com seu facho, a ajuda a desembarcar (23).

A figura da proa da embarcação sustenta dois escudos elípticos justapostos, um é esquartelado, 1, burgraveado de Nuremberga (de ouro, leão de negro, rompante, bordadura componada de prata e vermelho), 2, condado de Hohenzollern (já descrito), 3, condado de Sigmaringen (de vermelho, veado de ouro, passante sobre um terraço de verde), 4, condado de Berg (de prata, leão de vermelho, rompante, bordadura de negro, carregada de onze besantes de ouro) (24). O outro escudo é o do reino de Portugal.

Não é conhecida a origem das curiosas armas do burgraveado de Nuremberga (as cores são as das armas imperiais, a bordadura talvez *diferença* heráldica). O mais que se pode dizer é ser discutível que tenham sido as dos Ratz de quem, em 1190, os Zollern herdaram o Burgraveado; acabaram por ser consideradas as da *dignidade* (25), enquanto o esquartelado de branco e preto seriam as da *estirpe* de Hohenzollern, embora primitivamente assim não pareça ter sido (26).

Note-se ainda que o brasão da medalha comemorativa do casamento de D. Estefânia mostra — como vários outros monumentos de sua família — ter-se considerado ter o burgraveado de Nuremberga precedência sobre o condado de Hohenzollern. Ou seja, o exercício de direitos feudais numa cidade (direitos que o desenvolvimento e acção da organização municipal vão tornando meramente honoríficos) contar mais do que a posse de não extenso território.

As armas do condado de Berg, situado nos Países Baixos, não se afastam, com o seu leão, das características de várias armas, hoje provinciais belgas e holandesas, com o dito leão.

Nada de momento me é possível acrescentar sobre as armas do condado de Sigmaringen, a não ser que a escolha do veado — figura evocativa de nobres caças e florestais ambientes — é relativamente frequente na heráldica alemã, em corpo inteiro, apenas a cabeça, ou só os chifres.



Dois mulheres exemplares, duas rainhas, foram evocadas pelas pedras de armas, que, nesta Lisboa, assinalam ainda — mau-grado terramotos e vandalismos de diversa natureza — o que pertenceu espiritual e materialmente a Catarina, o que espiritualmente pertence a Estefânia.

Dessas mulheres, uma, foi dada por Portugal à Grã-Bretanha, a outra, pela Alemanha a Portugal.

A lembrança de ambas, porém, persiste em Lisboa.

A interpretação da emblemática pessoal de ambas necessária é, para devida valorização de elementos do património arquitectónico desta cidade.

Daí este modesto estudo.

NOTAS

(1) José de Melo (Sabugosa): *Pedras de armas que ainda existem nalgumas casas de Lisboa e seus arredores*, álbum organizado de 1922 a 1930 e publicado pela Câmara Municipal de Lisboa em 1947, Alberto Sousa: *Portas brasonadas de Lisboa*, Lisboa, 1933, L.F. Ponce de Leão: *Portas e brasões de Lisboa*, Lisboa, sem data.

(2) Na monarquia tradicional portuguesa, nem os reis nem os seus filhos usavam apelido. D. Catarina foi apenas a senhora infanta D. Catarina, filha de El-Rei D. João IV. O facto de antes de subir ao trono nacional restaurado, seu pai ter sido duque de Bragança é o único e fraco argumento de atribuição de tal apelido. Note-se que os referidos duques imitavam em tanto os soberanos portugueses, também os imitavam no não uso do apelido.

(3) Segundo o *Guia de Portugal*, edição da Biblioteca Nacional de Lisboa.

(4) Assim informa Alberto Sousa, obra citada.

(5) Ver obra citada na nota 3, pg. 263.

(6) Esta pedra é reproduzida por José de Melo (Sabugosa), noticiada por Alberto Sousa; Ponce de Leão não a refere.

(7) Ou seja, partido de armas de marido e da mulher, uso remontando a fins do século XIV, para a heráldica pessoal das casadas.

(8) Muito agradeço ao velho amigo e ilustre confrade senhor Fausto Moreira Rato a amabilidade de ter trazido ao meu conhecimento esta importantíssima fonte da heráldica pessoal da infanta portuguesa que foi rainha da Grã-Bretanha, acompanhando-a de valiosos comentários sobre o problema dos *ex-libris* atribuídos à princesa, assunto de que aqui me não pretendo ocupar.

(9) Lembrem-se as boas relações de Luís XIV de França com Carlos II de Inglaterra, seu primo direito pela parte materna.

(10) Nem José de Melo (Sabugosa) nem Ponce de Leão se lhe referem; Alberto Sousa publica a sua reprodução.

(11) Esta coroa remonta a Henrique V (1413-22). A coroa fechada tem mensagem imperial, no sentido de simbolizar a não existência de autoridade superior à real, dado que durante a Idade Média, a princípio só o imperador romano-germânico a usa. Só será imitado por outros soberanos europeus, pouco a pouco, nos séculos XV e XVI.

(12) No século XV o parlamento escocês estava convencido que aliada, por ser floridelizada, à aliança com a França. Aliança que foi uma constante na história política da Escócia independente, fruto da necessidade dum equilíbrio de forças com a Inglaterra.

(13) Ver, por exemplo, *The Romance of Heralry* por C. Wilfred Scott-Giles, Londres, 1957, pg. 157.

(14) Ver, por exemplo, *Boulet's Heralry revised* by C. W. Scott-Giles, Londres, 1954, pg. 210.

(15) Ver, por exemplo, *The Queen's beasts* por H. Stamford London, sem data, pg. 49-50.

(16) *Ibidem*, pg. 50.

Seria uma badge, análoga, por exemplo, ao pelicano do nosso D. João II, quase contemporâneo.

(17) *Ibidem*, pg. 50.

Um poeta medieval francês — citado pelo conde de S. Payo, D. António, no seu *Cancioneiro d'Armara*, Lisboa, 1929, escreveu:

Cette merveilleuse beste/ Qui une corne à en la teste/ S'enefie nostre Seigneur/ Jesu Christ nostre sauveur/ C'est l'unicorne spirituel/ Qui entre la Vierge prist ostel.

(18) *Ibidem*, pg. 52.

(19) Encontra-se este nome completo, por exemplo, em *As Alianças das casas de Bragança e Hohenzollern* por Joaquim Leitão, Porto, 1913, pg. 60.

(20) Textual afirmação do Almanaque de Gottha, pg. 70 do volume de 1901.

(21) Ver, por exemplo, *Das Wappen des Fürstlichen Hauses Hohenzollern* por Dr. K. Th. Zingeler, Görtitz, 1889, pg. 49-50.

Muito agradeço ao Exm.º Amigo e ilustre confrade Dr. Otfried Neubecker o favor de ter trazido ao meu conhecimento esta obra.

(22) Ver, por exemplo, a obra citada na nota 20, pg. 66.

Parente realmente muito afastado: o antepassado comum, por varonia, dos dois ramos é o conde Frederico III de Zollern, falecido cerca de 1200!...

(23) O território do principado de Hohenzollern faz hoje parte do Estado (*Land*) de Baden-Württemberg, um dos da República Federal Alemã. E não virá a despropósito referir que a imaginação dos modernos heraldistas alemães — dignos de seus antecessores desde a Idade Média — criou para as armas do dito estado — que são as antigas da Suábia — uma curiosa coroa de soberania. Coroa de que os florões são escudetes das armas das regiões históricas

constituintes do referido estado, sendo uma delas precisamente as de Hohenzollern, referidas, mais uma vez, neste artigo.

⁽²⁴⁾ Registarei, por curiosidade, que não foi esta Estefânia de Beauharnais a única da sua família a ser adoptada pelo famoso Bonaparte. Este, marido de Josefina Tascher de la Pagerie, viúva dum primo direito do pai de Estefânia, adoptou também o enteado Eugénio de Beauharnais.

⁽²⁵⁾ Este casamento duma francesa adoptada por Napoleão com um soberano alemão não é o único exemplo de matrimónio entre «napoleónicas» e membros de famílias reinantes germânicas. Na própria ascendência de D. Estefânia, encontramos outro, o de seus avós paternos, Carlos António de Hohenzollern e Maria Antonieta Murat. Esta Maria Antonieta era uma sobrinha do famigerado Joaquim Murat, ajudante de campo do general Bonaparte e por fim cunhado e vassalo — como rei de Nápoles — de S. M. I. Napoleão I., a quem traiu. Consequências da política de que a criação duma Alemanha napoleonicamente francesa, a Confederação do Reno, foi a realização institucional. Uso, aliás, da velha receita de Luís XIV de promover casamentos de aristocratas francesas com indivíduos da alta nobreza de outros países, procurando assim a divulgação da influência e (por via dela) da hegemonia francesa.

⁽²⁶⁾ Nem Alberto Sousa, nem José de Mello (Saugosa), nem Ponce de Leão a referem.

⁽²⁷⁾ De que vale a pena destacar o informativo armorial *Winbergen*, na sua parte anterior a c. 1296.

⁽²⁸⁾ Como por exemplo no importante armorial *Zunike*, de c. 1340.

⁽²⁹⁾ Informação de *Der Wappensaal im Schloss Köpenick* por Jürg Bretscher, artigo n.º 1-2 de 1981, da revista «Archivum Heraldicum».

No Hospital D. Estefânia de Lisboa encontra-se esta grande pedra de armas da malograda esposa de D. Pedro V



(9) Fenómeno que não se deu só com os guerreiros a cavalo dos séculos XII-XIII. Repare-se, na nossa época, na indumentária dos jogadores de futebol, ou nos sinais de trânsito. A analogia com as mais antigas armas heráldicas é flagrante.

(10) Ver obra citada na nota 29.
Informa o grande heraldista Emile Gevaert, na sua *Héraldique des provinces belges*, Bruxelas, 1918, pg. 10, ter encontrado em escritores medievais a afirmação de que o simbolismo do preto-e-branco seria o de castidade e de fidelidade indefectível...

(11) Fotografias a pgs. 102 e 104 da excelente obra *O Palácio das Necessidades*, por Manuel H. Corte-Real, Lisboa, 1983.

(12) Ver obra citada na nota 19, pg. 120.
Na legenda deste selo se faz referência a ser a ussaria *infantin von Portugal*. Nalgumas ilustrações da obra citada de Joaquim Leitão (pgs. 191 e 195), podemos ver monumentos heráldicos alusivos à terceira ligação matrimonial entre as casas real portuguesa e principesca de Hohenzollern: o casamento de El-Rei D. Manuel II — ao mesmo tempo já infelizmente destronado — com Augusta Victória, filha de Guilherme de Hohenzollern, neto dos já citados Leopoldo e Maria Antónia, sobrinha-neta de D. Estefânia.

São as armas reais portuguesas e as de Hohenzollern, cada em seu escudo, inclinados um para o outro, sobre coroa real comum, decorando presentes daquele casamento que, realizado em 1913, alguma alegria deu aos portugueses que o 5 de Outubro de 1910 entristercera. O Destino, porém, não permitiu que houvesse descendência, nem que outra Hohenzollern fosse, em Lisboa, a rainha de Portugal.

Tem a propósito da família das esposas de D. Pedro V e de D. Manuel II, e da sua heráldica, referir a dinastia da moderna Roménia (principesca 1866-81, real 1881-1947), e ao respectivo brasão de armas.

Efectivamente, foi tal dinastia fundada por um irmão de D. Estefânia, Carlos de Hohenzollern (n. 1839, f. 1914), eleito príncipe da Roménia em 1866, em posição de certa vassalagem em relação ao império turco, rei de Estado plenamente soberano em 1881, sob o nome de Carlos I. Suceder-lhe-á, no trono romeno, um sobrinho, Fernando I, irmão do já citado sogro de D. Manuel II, e com ele, claro, foi da infanta D. Maria Antónia, neto paterno, portanto de D. Maria II de Portugal e de seu marido, o rei honrário D. Fernando II, cujo nome recebeu. A Fernando sucederá seu filho Carlos II, cujo filho Miguel I (ainda felizmente vivo) foi o soberano romeno destronado pelo Comunismo, em 1947.

Como eram as armas destes Hohenzollern romenos, consanguíneos da nossa D. Estefânia e, depois, também, descendentes da nossa D. Maria II?

Quando, em 1866, Carlos é eleito príncipe da Roménia já este Estado, formado em 1859 pela união dos antigos principados de Moldávia (a) e Valáquia (b), tinha como armas, logicamente, a união dos respectivos símbolos tradicionais, colocados lado a lado, por vezes separados por um traço vertical, ou seja em «partido» heráldico: 1. Moldávia, 2. Valáquia.

Assim se vê em fontes da época do antecessor de Carlos, Alexandre Cuza, príncipe da Moldávia e da Valáquia de 1859 a 1866.

Com a nova dinastia opta-se por um esquartelado, 1 e 4, Valáquia, 2 e 3, Moldávia, com um escudete sobreposto de Hohenzollern. O modelo terá sido, possivelmente, as armas reais de Espanha, na sua modalidade resumida, usada na época, em que as armas familiares da dinastia de Bourbon se sobrepõem ao esquartelado das regiões históricas Castela e Leão, embudido em ponta de Granada.

A águia da Valáquia (remotamente seria talvez um

falcão) e o touro da Moldávia (melhor: o auroque) surgem em meados do século XIV timbrando formas simplificadas das armas reais húngaras, usadas pelos príncipes daquelas regiões, que precisamente nessa época se vão tornando independentes da Hungria.

Posteriormente tornam-se figuras das armas dos respectivos principados: em épocas muito remotas teriam talvez sido animais totémicos.

A guerra russo-turca de 1877 levou à aquisição, pela Roménia, da Dobruja. Esta ampliação de território motivou modificação nas armas nacionais, em 1878. Assim, verificou-se a substituição de Valáquia, no 4.º quartel, pelas expressivas armas atribuídas à Dobruja, região do delta do Danúbio: de azul, 2 peixes (barbos segundo uns) ou (golfinhos segundo outros) de ouro, afrontados, postos em pala, com as cabeças para a ponta.

Talvez por motivo historicista ou, mais provavelmente, por equilíbrio na representação das duas grandes regiões históricas do país, as armas da Moldávia, no 3.º quartel, serão também substituídos, ficando no seu lugar as da Orlénia, antigo *banat* (talvez se possa traduzir por condado) da zona ocidental da Valáquia: de vermelho, leão de ouro, coroado, sainte de uma coroa aberta do mesmo, adextrado duma estrela de 6 raios, também de ouro.

Do leão da Orlénia há já, no século XV, no Ocidente, notícia do seu respectivo uso. Em 1921, como consequência da histórica reunião de todos os romenos no mesmo Estado, possibilitada pela anexação da Transilvânia, destacada do império austro-húngaro derrotado e fragmentado em 1918, é adoptada nova modalidade das armas nacionais.

As armas da Dobruja passam a ocupar «embudido em ponta» (possivelmente continuando a seguir o modelo espanhol). As armas da Orlénia são modificadas pela substituição da coroa por uma ponte sobre faixas ondas de prata e azul, em alusão à ponte construída por Trajano, em 105 d.C., quando da travessia do Danúbio, para a conquista da Dácia, de que a colonização romana faria a futura Roménia.

Entenda-se que só devia figurar uma única coroa no brasão de armas do Estado romeno, a coroa real fechada que encima o escudo.

O 4.º quartel é ocupado pelas armas da Transilvânia: cortado, 1, de azul, águia de ouro movente do traço da partição, acompanhada à dextra dum sol de ouro e à sinistra por um crescente de prata, 2, de ouro, seté (4, 3) torres de vermelho. Estas armas — «falantes», em alemão, *Siebenbürgen*, nome da região, significa sete castelos — tiveram largo e bem conhecido uso nos séculos XVI, XVII e XVIII, quando aquele território, organizado em principado, entre os mundos austríaco e turco, conseguiu manter-se independente.

O escudo das armas nacionais romenas é sobrepósito a: de azul, águia coroada de ouro, segurando com o bico uma cruz pátea, de pé aguçado, de ouro, e nas garras, espada de prata e ceptro de ouro.

Esta águia, inspirada na da Valáquia (zona onde fica a capital romena), deve simbolizar precisamente a fase digamos imperial do povo romeno, todo sob o mesmo soberano, dentro das mesmas fronteiras (o que deixou de se verificar posteriormente à Segunda Guerra Mundial, com a anexação da Bessarábia à União Soviética; esta região pertencera, antes de 1917, ao império russo).

Como resumidamente se viu, a evolução do brasão de armas do Estado romeno é um eloquente comentário da sua evolução territorial, sob a égide dos Hohenzollern.

Escusado seria acrescentar que tanto na modalidade de 1878 como na de 1921 se mantém o escudo sobreposto de Hohenzollern.

Esta alusão às armas da dinastia romena teve cabimento em estudo destinado a revista olisiponense,

dado que o rei Carlos II faleceu, em 1953, em Portugal, fazendo algum tempo em São Vicente (de Fora), de Lisboa, junto de antepassados e parentes, os reis de Portugal, em uma coberta pela sua bandeira pessoal, na qual figuravam as armas acima descritas na modalidade de 1921.

Efectivamente, tal bandeira, que o autor deste artigo atentamente observou há muitos anos, era vermelha, com uma bordadura azul dentelada de amarelo, e ao centro, a cruz da Ordem de Miguel, o Vitorioso (cruz florida de azul, orlada de amarelo) cruz esta a que se sobrepõe as armas.

Bandeiras pessoais de soberanos com bordaduras denteladas encontravam-se na Europa central e balcânica.

Concluindo esta nota, talvez demasiado extensa, sobre as armas nacionais romenas, devo dizer que a proclamação da República, em 1947, levou à adopção de emblema estatal completamente diferente, de características paisagísticas e de grande influência soviética.

(14) Mais uma presença actual do nome duma rainha falecida com vinte e dois anos, há mais de um século...

(15) Esteve um exemplar desta medalha patente na «Exposição de Medalhística Olisiponense (1630-1950)», no Palácio Galveias, em 1966, sendo inclusa da sua fotografia no respectivo catálogo, edição da C.M.L. Verifiquei existir no Museu Numismático da Casa da Moeda.

(16) Ver obra citada na nota 21.
Esta modalidade tem afinidades com a que sei ter sido usado, por exemplo, por uma tia-bisavó de D. Estefânia, Joana de Hohenzollern, princesa de Salm pelo casamento com Frederico de Salm. Este foi um pequeno soberano alemão, mas o pródigo e ostentoso aristocrata francês a quem se deve a obra de arte arquitectónica que é o palácio hoje sede da Legião de Honra, em Paris. A França pagou-lhe a contribuição para o seu património monumental com... a guilhotina, quando da fase terrorista da Revolução.

(17) Os burgraves — literalmente condes dos castelos — que tinham como feudos cidades, ou só as suas portas, eram pequenas potências no feudalismo germânico.

(18) Ver, por exemplo, a obra citada na nota 29.
(a) Cujas armas são: de vermelho, encontro de touro de negro — posteriormente de ouro — acompanhado em chefe por uma estrela de 5 pontas de ouro.

(b) Cujas armas são: de azul, águia de ouro, coroada, segurando no bico uma cruz pátea do mesmo metal, de pé aguçado.

Ao que descrevi da Moldávia e da Valáquia se acrescenta, com muita variedade, um sol e uma lua. Estas figuras frequentemente representadas nos selos medievais, talvez como simbolismo de perpetuidade (documento, selado, para vigorar dia e noite), incorporam-se em muitos casos nas armas heráldicas de tais selos derivados.

AGRADECIMENTOS

Não quero deixar de aludir, com gratidão e saudade, à frutuosa correspondência que sobre as armas da Roménia mantive, durante anos, com o meu ilustre confrade e amigo coronel príncipe Marcel Sturza-Saucei, falecido onaganário em princípios de 1984.

Desejaria também deixar aqui a expressão do meu reconhecimento a outro ilustre amigo e confrade, o senhor arquitecto Eduardo Bairrada, pelo interesse manifestado por este estudo.

Ao também ilustre confrade e bom amigo Dr. Fernando Cavalo Branco, digníssimo subdirector desta revista, agradeço as diligências realizadas para aumentar o número de ilustrações deste artigo.



POSSE DO CONSELHO MUNICIPAL

O Dr. Fernando Correia Afonso, Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, deu posse no dia 3 de Janeiro ao novo Conselho Municipal para o ano de 1985.

O Conselho Municipal é um órgão consultivo e reúne entidades públicas que desempenham papel relevante na vida da cidade.

Composto por representantes de 65 associações, sindicatos, confederações e demais organismos, o Conselho tem fundamentalmente por missão dar parecer sobre o Plano Anual de Actividades, Orçamento, Relatório e Contas da Câmara.

Por escrutínio secreto, realizado após o acto da instalação, foi eleito o Presidente e os Primeiro e Segundo Secretários, respectivamente, António Aires de Abreu (Associação Nacional de Gestores de Empresas Públicas), Gastão Henriques da Silva (Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio e Indústria) e João Coelho dos Santos (Automóvel Clube de Portugal).

LISBOA - 3 de Janeiro

Cerimónia de posse do Conselho Municipal.
Presentes ao acto o Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis,
e o Vereador Arqt.º Ferreira Torres

TRATAMENTO DO LIXO DA CIDADE

ESTAÇÃO DE BEIROLAS VAI AUMENTAR A CAPACIDADE

A Câmara Municipal de Lisboa, na sua reunião de 11 de Janeiro, deliberou adjudicar a empreitada de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos de Beirolas para o tratamento de 1050 toneladas/dia. O custo dos trabalhos orça em 250 mil contos, revestindo-se a obra de particular importância em termos sanitários, porquanto aumenta significativamente a capacidade de tratamento da estação a qual, nesta data, se situa em 600 toneladas/dia, inferior à quantidade de lixos produzidos em Lisboa, que é da ordem das 750 a 800 toneladas por dia.

Os trabalhos prolongar-se-ão por cerca de 20 meses, após a assinatura do contrato.

Foi, ainda, adjudicado o fornecimento de peças sobressalentes para a mesma estação, para um período de cinco anos, no valor de 95 000 contos.

Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos de Beirolas



INUNDAÇÕES — CRIADO GRUPO PERMANENTE DE PREVENÇÃO

Por despacho do Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis, datado de 16 de Janeiro, foi criado um Grupo Permanente de Prevenção de Inundações constituído por técnicos de Serviços Municipais e da EPUL, com vista a eliminar ou reduzir os riscos de inundação na cidade.

Este Grupo tem como principais atribuições manter vigilância sobre a eficácia dos sistemas de drenagem em toda a área do Município de Lisboa, assim como detectar as anomalias existentes, projectar e orçamentar as obras de correcção necessárias e ainda velar pela realização dos trabalhos programados.

Esta medida insere-se num vasto conjunto de acções promovidas pelo Município na construção de infra-estruturas de saneamento e modernização da rede de drenagem, nomeadamente a renovação do colector da Alameda das Linhas de Torres, entrado em serviço no Verão de 1983.



LISBOA — 18 de Janeiro

Pormenor da entrega de fogos a desalojados.

Presente ao acto o Presidente da Câmara e o Comandante da Polícia Municipal, Ten. Coronel Luz Almeida

CÂMARA ATRIBUI FOGOS A DESALOJADOS

No prosseguimento da acção de realojamento de famílias que perderam as suas habitações devido a situações resultantes de catástrofes, como incêndios ou derrocadas de edifícios, foram entregues, no dia 18 de Janeiro, 50 novos fogos a outras tantas famílias na urbanização da Zona J de Chelas, em cerimónia que contou com a presença do Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis.

Os fogos atribuídos inserem-se num vasto programa estabelecido pelo Município para acudir à situação aflitiva de muitas famílias e advém da adaptação para habitação de lojas e outros espaços livres existentes naquela urbanização que até aqui serviam de lixeiras e refúgio de marginais.

Anteriormente haviam já sido realojados em condições dignas 65 famílias vítimas das inundações de Novembro de 1983, projectando o Município recuperações similares noutros bairros camarários.

Igualmente no dia 5 de Março foram entregues 50 novas habitações no Bairro D. Leonor, em Benfica, a famílias que ali residiam em condições degradadas, permitindo desta forma a eliminação de mais um núcleo de barracas.

Para a sua construção, iniciada em Janeiro de 1983, a Câmara dispendeu cerca de 110 mil contos.

Em comemoração do dia de S. Vicente, padroeiro da cidade, realizou-se no dia 22 de Janeiro, na Sé de Lisboa, Missa de Pontifical celebrada por Sua Eminência o Cardeal Patriarca, D. António Ribeiro. Assistiram ao acto o Presidente e Vereadores da Câmara.





Habitações municipais em Chelas

CÂMARA APROVA NOVO REGIME DE RENDAS SOCIAIS

Na sua reunião de 4 de Fevereiro, a Câmara aprovou a proposta de revisão das rendas dos fogos municipais. Nos termos desta deliberação as rendas serão, no futuro, actualizadas, anualmente, em função da variação dos rendimentos das famílias, podendo, assim, a renda aumentar ou diminuir conforme suba ou desça o rendimento de cada agregado.

A actualização da prestação de renda nos termos das novas normas só será aplicável aos fogos em que já tenha sido fixada uma renda definitiva, por opção dos arrendatários.

Os critérios estabelecidos na proposta ora aprovada só serão automaticamente aplicáveis aos casos em que a entrega das chaves se faça em data posterior à da publicação deste Regulamento.

VISITA DE CUMPRIMENTOS
DOS CADETES DA ESCOLA
SUPERIOR DE POLÍCIA

«Infelizmente, nos tempos que vivemos e que nos esperam, o problema da segurança dos cidadãos e das próprias instituições deve merecer a melhor das atenções», afirmou o Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis, aos cadetes da Escola Superior de Polícia no decurso da audiência que teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em 6 de Fevereiro.

Na oportunidade, o Presidente da Câmara aludiu ao trabalho da Polícia Municipal de quem se deveria esperar sempre uma actuação «com a mentalidade de quem serve os outros com tacto e discernimento».

Após as palavras de agradecimento do Dr. Ataíde Ferreira, antigo Vereador da Câmara e actual membro da Comissão Instaladora da Escola Superior de Polícia, os cadetes visitaram o Arquivo Municipal e o Museu da Cidade.

LISBOA – 6 de Fevereiro

Os primeiros alunos da Escola Superior de Polícia são recebidos no Salão Nobre dos Paços do Concelho pelo Presidente da Câmara.



SEGUNDA CIRCULAR — NOVO
VIADUTO PARA PEÕES

No âmbito das acções desenvolvidas pelo Município na garantia da segurança dos cidadãos, entrou em funcionamento no dia 14 de Fevereiro um novo viaduto para peões na Segunda Circular, frente à Escola de Telheiras.

As instalações desta passagem superior, em estrutura metálica, permitirá uma maior segurança no atravessamento de peões naquele local de grande fluidez de tráfego.

O novo viaduto para peões na Segunda Circular, junto à Escola de Telheiras



PRÍNCIPE HERDEIRO DO JAPÃO
EM LISBOA

LISBOA – 24 de Fevereiro

O vereador Dr. Lívio Borges acompanha o Príncipe herdeiro do Japão na sua visita ao Castelo de S. Jorge

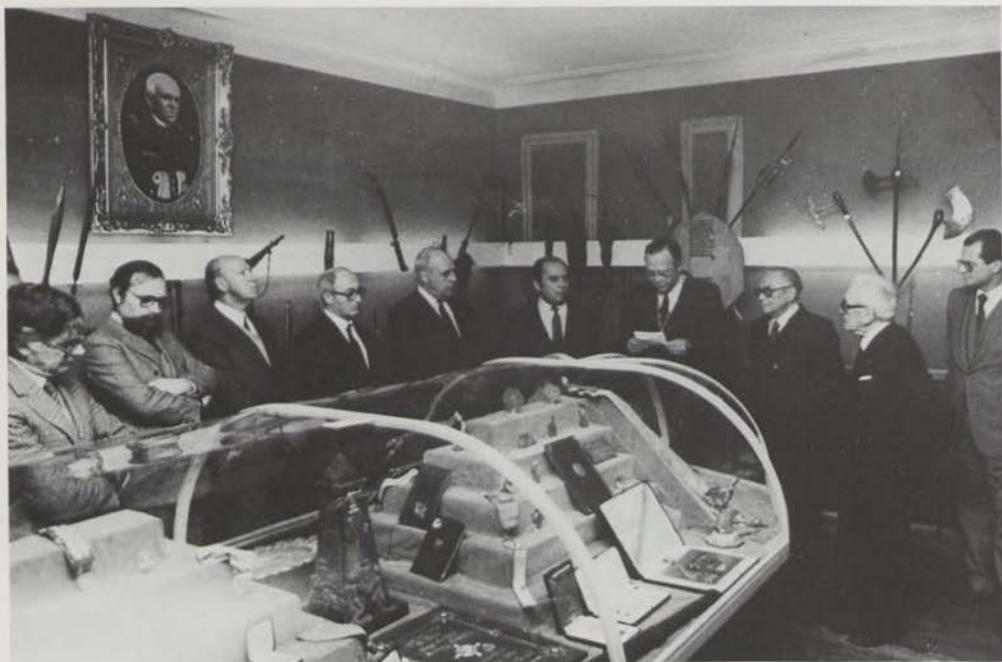


VISITA DE CUMPRIMENTOS

LISBOA – 28 de Fevereiro

O Vereador Dr. Lívio Borges, recebe, em visita de cumprimentos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, os participantes na Reunião da Associação Europeia de Estudos de Mercado Farmacêutico.





LISBOA - 1 de Março

Evocação da Travessia Aérea Lisboa-Rio de Janeiro na sala Gago Coutinho da Sociedade de Geografia

DIA DO RIO DE JANEIRO COMEMORADO EM LISBOA

O Dia do Rio de Janeiro em Lisboa e 63.º aniversário da primeira travessia aérea entre as duas cidades foi comemorado no dia 1 de Março, com um contacto telefónico entre o Presidente da Câmara de Lisboa e o seu homólogo brasileiro, duas exposições e a evocação do feito de Sacadura Cabral e Gago Coutinho na Sociedade de Geografia.

No contacto telefónico estabelecido entre o Eng.º Nuno Abecasis e o Dr. Marcelo Alencar, o Presidente da Câmara de Lisboa aproveitou para saudar o Presi-

dente da Câmara do Rio de Janeiro por ocasião da passagem de mais um aniversário da fundação desta cidade, por Estácio de Sá, sobrinho do Governador Geral do Estado do Brasil, ocorrida em 1 de Março de 1985.

No átrio do Palácio Galveias foram expostos diversos livros e gravuras alusivos ao desenvolvimento da cidade-irmã, enquanto no Palácio da Mitra esteve patente uma outra exposição de postais ilustrados, «ex-libris», caixas de fósforos e bibliografia, organizada pelo Grupo Amigos de Lisboa.

A Sociedade de Geografia, por sugestão do Município de Lisboa, associou-se à efeméride com uma evocação da «Travessia Aérea Lisboa-Rio de Janeiro», que decorreu na Sala Gago Coutinho onde se conserva o património legado pelo sábio Almirante e teve como oradores o Presidente da Sociedade de Geografia, Comandante Serra Brandão e o Prof. Doutor Castelo Branco. Estiveram presentes o Embaixador do Brasil no nosso País, o Chefe do Estado-Maior da Armada, o Presidente da CML e vereadores da edilidade.

VISITA DE CUMPRIMENTOS



LISBOA - 5 de Março

O Presidente da CML recebe, em visita de cumprimentos, o Embaixador de Angola em Lisboa, Mawete João Baptista. A cerimónia teve lugar na Sala Rosa Araújo dos Paços do Concelho.



Salão Nobre dos Paços do Concelho — 6 de Março

O Presidente da Câmara entrega a Chave de Honra da Cidade ao seu homólogo de Dublin, Michael O'Halloran.



LORD MAYOR DE DUBLIN VISITA LISBOA

O Lord Mayor de Dublin, Michael O'Halloran, visitou Lisboa, de 5 a 10 de Março, a convite do Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis.

Por ocasião da sessão de boas-vindas, que teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Concelho, no dia 6, o Presidente da Edilidade fez entrega ao ilustre visitante da Chave de Honra da Cidade. Na oportunidade, o Eng.º Nuno Abecasis referiu o passado histórico que liga a Irlanda a Portugal, acrescentando desejar incrementar o relacionamento mútuo no futuro, face ao «caminho comum que se terá de fazer em virtude da adesão de Portugal à CEE».

No tempo de permanência na capital, o Lord Mayor de Dublin visitou diversos empreendimentos em curso na cidade e inteirou-se do funcionamento dos Serviços Municipais.

LISBOA — 7 de Março

Michael O'Halloran, acompanhado pelo Eng.º Nuno Abecasis visita a SGAL — Sociedade Gestora do Alto do Lumiar para observação da maquete do novo empreendimento.



NOVA CRECHE PARA OS FILHOS DOS TRABALHADORES DA CML

No dia 8 de Março, foi inaugurada na Rua Manuela Porto, n.º 15 (Carnide), uma nova creche para os filhos dos funcionários da Câmara Municipal de Lisboa. Ao acto estiveram presentes os vereadores Ana Sara Brito, Lívio Borges e Renato Miranda.

Esta nova unidade, em cujas obras de adaptação a Câmara dispendeu cerca de 400 contos, tem capacidade para 30 crianças e procura servir as zonas de Benfica, Carnide e Bairro Padre Cruz.



COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA E O SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

A criação de condições para o transporte público de deficientes, estacionamento e habitação são alguns dos objectivos do protocolo de cooperação assinado, em 12 de Março, entre o Município de Lisboa e o Secretariado Nacional de Reabilitação.

Este acordo vai proporcionar a criação de condições indispensáveis aos deficientes no acesso, circulação e utilização de todo o equipamento urbano do concelho de Lisboa.

Sala Rosa Araújo – 12 de Março

Momento da assinatura do Protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Secretariado Nacional de Reabilitação.



ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A FACULDADE DE CIÊNCIAS DE LISBOA

Um acordo de cooperação científica e tecnológica nos domínios da investigação e trabalho, foi assinado, em Março, entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Departamento de Estatística, Investigação Operacional e Computação da Faculdade de Ciências de Lisboa.

No âmbito deste acordo, aquele Departamento prestará à Câmara, entre outros, serviços de assessoria técnica, através da elaboração de pareceres, realização de levantamentos específicos, desenvolvendo ao mesmo tempo acções de formação e reciclagem, destinadas a dirigentes e quadros da CML.

A Câmara, por seu turno, concederá estágios a alunos licenciados e pós-graduados, apoiando a realização de determinados trabalhos por parte do Departamento de Estatística, através da concessão de subsídios de financiamento.

Para coordenar as relações entre as duas Instituições, no âmbito do presente acordo, vai ser constituída uma Comissão Permanente, a qual estabelecerá, anualmente, até ao fim do mês de Setembro, um programa de acções a desenvolver no ano seguinte.



Salão Nobre dos Paços do Concelho – 21 de Março

Pormenor da homenagem da Câmara
ao ex-Presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários da Ajuda.

ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS DA AJUDA

EX-PRESIDENTE HOMENAGEADO

O ex-Presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários da Ajuda, sr. Alberto Ribeiro, foi agraciado, no dia 21 de Março, com a Medalha de Prata de Mérito Municipal, em cerimónia que decorreu no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

Para a outorga deste galardão, conforme deliberação unânime da Câmara, contribuiu o facto de, graças à sua esforçada e exemplar actuação como seu dirigente ao longo dos últimos seis anos, a Associação dos Bombeiros Voluntários da Ajuda haver transitado duma crise generalizada para uma unidade eficiente, bem equipada, disciplinada e peça fundamental do esquema de segurança das vidas e bens da população de Lisboa.

DIA DA ÁRVORE

Milhares de crianças de Lisboa largaram balões contendo sementes de diversas espécies, no final de um espectáculo infantil que a Câmara Municipal de Lisboa promoveu no Pavilhão dos Desportos no dia 21 de Março, por ocasião das celebrações do Dia da Árvore.

Esta acção culminou um vasto programa de plantação de mais de 400 árvores em recintos privados de Juntas de Freguesia, Escolas e Associações, a que os serviços da Câmara procederam conforme pedido destas Instituições.



VISITA DE CUMPRIMENTOS

Salão Nobre dos Paços do Concelho
— 22 de Março

Pormenor da visita
de cumprimentos à Câmara
dos participantes
no XIII Campeonato Mundial de CROSS.
Presente o Vereador Pedro Feist
e outros autarcas lisboetas.

SESSÃO DE BOAS-VINDAS
A SUA MAJESTADE
A RAINHA ISABEL II

No âmbito da sua visita a Portugal, a Rainha Isabel II de Inglaterra descerrou, no dia 27 de Março, um busto de seu bisavô, o Rei Eduardo VII, junto à Estufa Fria, precisamente no Parque de Lisboa que tem o nome daquele soberano inglês.

A cerimónia decorreu momentos antes da sessão de boas-vindas, no interior da Estufa Fria, com que a Câmara homenageou a ilustre visitante.

Nesta ocasião, o Presidente da Câmara considerou que o fortalecimento de laços entre os povos é particularmente importante «perante um horizonte carregado, em que a crise económica persiste e por todos os lados se agravam e explodem tensões sociais, internas e externas».

«Esperamos que, num futuro próximo, no total respeito pela nossa identidade nacional e sem qualquer quebra de dignidade do nosso povo, o Reino Unido e Portugal possam conjugar as suas potencialidades e complementar as suas economias, no âmbito do Mercado Comum», disse ainda o Eng.º Nuno Abecasis.

No decurso da sessão de boas-vindas, Sua Majestade e o Duque de Edimburgo assinaram o Livro de Honra da Cidade.



LISBOA - 27 de Março

A Rainha Isabel II, acompanhada pelo Presidente da Câmara, momentos após o descerramento do busto do Rei Eduardo VII.



Estufa Fria - 27 de Março

A Rainha Isabel II
assina o Livro de Honra da Cidade.

COMITÉ PORTUGUÊS
PARA A UNICEF

LISBOA - 28 de Março

Recepção oferecida pela Câmara Municipal de Lisboa,
na Sala Ogival do Castelo de S. Jorge,
ao Comité Português para a Unicef,
por ocasião da realização em Lisboa, de 27 a 29,
das Jornadas de Educação para o Desenvolvimento.
Presente o Vereador Eng.º Cabral da Silva, em representação da Câmara.



